



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS – MPEJA**

VALERIA NAGY

**PROCESSOS FORMATIVOS DOS DOCENTES EM EAD NO NÍVEL
SUPERIOR EM CONTEXTO COM A EJA**

**SALVADOR
2020
VALERIA NAGY**

**PROCESSOS FORMATIVOS DOS DOCENTES EM EAD NO NÍVEL
SUPERIOR EM CONTEXTO COM A EJA**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Educação de Jovens e Adultos -
Mestrado Profissional - MPEJA, campus I da
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na
Área de Concentração 3 - Gestão Educacional
e Tecnologias da Informação e da
Comunicação como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre.**

**Orientadora: Profa. Pós Dra. Jocenildes
Zacarias Santos**

**SALVADOR
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Ivonilda Brito Silva Peixoto – CRB: 5/626

Nagy, Valeria.

Processo formativo dos docentes em EAD no nível superior em
contexto com a EJA/Valeria Nagy. – Salvador,2020.

Orientadora: Profa. Pós Dra. Jocenildes Zacarias Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação. Campus I. Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA. 2020.

Contém referências e apêndices

1. Formação Docente. 2. Educação a Distância. 3. Educação de Jovens e Adultos. I. Profa. Pós Dra. Jocenildes Zacarias Santos Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD:374

Aos meus pais Antônio (in memoriam) e Jercy Frossini Nagy (in memoriam), à minha filha Gizele e ao meu esposo Luiz Carlos e aos meus irmãos Carlos e Ladislau.

AGRADECIMENTOS

Durante a construção da minha dissertação achei que ela iria ser minha, mas agora que ela está ficando pronta, percebi que ela não é minha, porque muitas pessoas participaram desse processo de construção e agregaram, analisaram o projeto comigo, comentaram com dicas e permitiram a troca de conhecimentos, emoções, esclarecimentos tanto na academia como também fora dela e também os conteúdos das teorias, definições, leis e novos conhecimentos.

Agradeço especialmente algumas pessoas que me incentivaram e estiveram ao meu lado no processo de construção da dissertação:

A minha orientadora Profa. Pós. Dr^a Jocenildes por acreditar em minha capacidade para realizar esta pesquisa e pelo perfeito exemplo do que significa ser uma educadora e sempre fui acolhida e esteve presente em todas as horas necessárias e nos momentos difíceis dessa minha trajetória da escrita.

Ao Prof. Me Luiz Carlos meu esposo e a universitária Gizele minha filha, pelo amor, pelo carinho, pela atenção, pela compreensão, pela cumplicidade em todos os momentos e também pelo apoio incondicional que eles me deram durante todo esse percurso, foram peças fundamentais para que eu pudesse realizar as pesquisas e escritas, proporcionando ambientes e situações favoráveis para que contribuísse no desenvolvimento do processo de construção da dissertação e o cuidado especial com o meu estado de saúde.

Aos meus estimados amigos Prof^a. Me. Débora que me incentivou muito a ingressar no mestrado e acreditou que eu poderia participar desse novo desafio e Prof. Me. Paulo sempre dando estímulo e querendo saber das novidades do mestrado com muito interesse como estava sendo caminhado todo o processo.

A todos os professores que contribuíram para o meu contínuo processo de formação. Em especial aos professores Dr^a. Jocenildes, Dr^a. Edite Farias, Dr^a.

Carla Liane, Patrícia Lessa, Dr^a. Tania Dantas, Dr. Antônio Amorim, Dr. Antônio Pereira, Dr. Jackson pela contribuição, atenção e dedicação que tiveram sempre comigo.

Agradeço também toda a equipe da secretaria do Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, Carol, Nildete e Neide vocês são maravilhosas, sempre dispostas em ajudar no que for preciso.

Agradeço também às Professoras que participam da minha banca, Prof^a. Dr^a. Elisiana e Prof^a. Dr^a. Marcia Tereza Fonseca Almeida pelo apoio e incentivo.

Agradeço também aos meus colegas da Turma V do MPEJA, Atenuza, Alcides, Dulina, Jean, Deyse, Lucy, Fagner, Bete, Liliane, Fábio, Nitevaldo, Evandro, Marcia, Marcos, André e em especial com todo carinho Alcimar pela sua amizade, dedicação, competência e apoio durante todo o curso.

Serei sempre grata a todos vocês, porque deixaram registrados na minha trajetória de vida uma grande pitada de amor, dedicação, competência, paciência e amizade.

MENSAGEM

“Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato”. (FREIRE, 2005, p. 15).

Nagy, Valeria. Processo formativo dos docentes em EAD no nível superior em contexto com a EJA. 2019. ----- . Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2019.

RESUMO

O papel do docente no processo de ensino/aprendizagem em EAD se faz necessário à utilização das novas tecnologias digitais e deve-se atentar as competências e habilidades que essa modalidade de ensino exige do docente. Nesse contexto, temos a seguinte indagação: como a formação dos docentes da EJA no ensino superior de Pedagogia na modalidade em EAD na UNEB/UAB, pode contribuir na prática pedagógica? O objetivo geral desse estudo é analisar as contribuições da formação docente do curso de Pedagogia em EAD, para a prática pedagógica dos docentes da EJA, reforçando a necessidade de uma formação específica do docente voltada para EAD. Os objetivos específicos são: a) compreender sobre o processo histórico da EAD no Brasil e suas implicações para a prática pedagógica do docente; b) identificar como os docentes do ensino superior da EJA podem utilizar a EAD para uma aprendizagem mais significativa; c) identificar os indicadores que possibilitam a aprendizagem dos docentes da EJA do ensino superior no curso de formação em EAD. O estudo está sendo realizado numa perspectiva de estudo de caso. Para isso, fazem-se necessárias algumas interlocuções teóricas propostas na pesquisa, acerca do processo formativo do docente da EJA na modalidade em EAD; trazer reflexões e análises através de questionário semiestruturado, observações, anotações e entrevista. Acredito que esta pesquisa, irá trazer contribuições nos estudos da EJA com o foco na modalidade em EAD, promovendo uma proposta de formação continuada a esses docentes, fomentar a formação do docente e o reflexo desse processo para contribuir na aprendizagem dos estudantes para forma mais efetiva. Para o suporte teórico foi utilizado os seguintes autores: Minayo (2003); Pimenta (2002); Zabalza (2004); Anastasiou (2003); Freire (1987); Kenski (2010); Lévy (1993); Moran (2002); Castells (2003); Massetto (2005); Furtado (2016); Ausubel (2003); Moreira (2010); Valente (2018); Libâneo (2008); Vasconcelos (2009), Di Pierro (2006), Arroyo, (2007), Nóvoa (1995). Para uma fundamentação legal, se faz necessário o destaque da Lei 9394/96; Lei nº 12.056, de 2009. Lei nº 12.796, de 2013. Decreto nº 5.800, de junho de 2006.

Palavras-Chave: Formação Docente. Educação a Distância. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The role of the teacher in the teaching / learning process in distance education is necessary for the use of new digital technologies and attention should be paid to the competences and skills that this type of teaching requires from the teacher. In this context, we have the following question: how to train students EJA teachers in higher education in Pedagogy in distance learning at UNEB / UAB, can you contribute to pedagogical practice? The general objective of this study is to analyze the contributions of teacher training in the Pedagogy course in distance education, for the pedagogical practice of teachers in EJA, reinforcing the need for specific teacher training focused on distance education. The specific objectives are: a) to understand about the historical process of EAD in Brazil and its implications for the pedagogical practice of the teacher; b) identify how EJA teachers in higher education can use EAD for more meaningful learning; c) to identify the indicators that make it possible for higher education EJA teachers to learn in the EAD training course. The study is being carried out in a case study perspective. For that, some theoretical interlocutions proposed in the research are necessary, about the training process of the EJA teacher in the distance learning modality; bring reflections and analysis through a semi-structured questionnaire, observations, notes and interview. I believe that this research will bring contributions to EJA studies with a focus on distance education, promoting a proposal for continuing education for these teachers, promoting teacher training and the reflection of this process to contribute to students' learning in a more effective way. . For the theoretical support, the following authors were used: Minayo (2003); Pimenta (2002); Zabalza (2004); Anastasiou (2003); Freire (1987); Kenski (2010); Lévy (1993); Moran (2002); Castells (2003); Massetto (2005); Furtado (2016); Ausubel (2003); Moreira (2010); Valente (2018); Libâneo (2008); Vasconcelos (2009), Di Pierro (2006), Arroyo, (2007), Nóvoa (1995). For a legal basis, it is necessary to highlight Law 9394/96; Law No. 12,056, of 2009. Law No. 12,796, of 2013. Certain No. 5,800, of June 2006.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Pressupostos básico do estudo de caso na visão de Peres e Santos	37
Figura 2 Estrutura da Pesquisa	39
Figura 3 Polos do Curso de Pedagogia da UNEB, em EAD no Estado da Bahia.....	43
Figura 4 Protesto de estudantes e professores do fechamento do Colégio Estadual CPM Dona Leonor Calmon, em Jaguaripe na região de Cajazeiras em Salvador /BA.....	70
Figura 5 Protesto de estudantes e professores do fechamento do Colégio Estadual CPM Dona Leonor Calmon, em Jaguaripe na região de Cajazeiras em Salvador /BA.....	70
Figura 6 Pinturas de Francisco Brenand.....	88
Figura 7 Anuncio do primeiro curso de datilografia por correspondência no Brasil – Ano de 1904.....	101
Figura 8 Cursos por Correspondência do Instituto Universal Brasileiro–Ano de 1941.....	102
Figura 9 Processo histórico da EAD no Brasil e suas implicações na prática pedagógica do docente.....	162
Figura 10 Mapa conceitual de aprendizagem na visão de Ausubel.....	172
Figura 11 Contribuições da formação docente da EJA do Curso de Pedagogia em EAD da UNEB/UAB.....	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Fases do estudo de caso.....	38
Quadro 2 Composição do Quadro Docente e Qualificação.....	42
Quadro 3 Quadro de Gestores Envolvidos na Pesquisa e Qualificação.....	42
Quadro 4 Planejamento da pesquisa.....	54
Quadro 5 Pressupostos na formação docente, nas décadas de 60 à 90, na visão de Dario Fiorentini.....	89
Quadro 6 Marcos Históricos da Educação a Distância.....	100
Quadro 7 Evolução histórica da EAD com os seus instrumentos tecnológicos, conforme as gerações e evoluções da EAD no Brasil no período de	

1904 a 2014.....	103
Quadro 8 Os 555 Polos de Educação a Distância Divididos por Região e Estados.....	111
Quadro 9 Seguintes condições para atendimento do ProUni.....	127
Quadro 10 Denominações de utilizações de redes sociais mais utilizadas na atualidade, com seus endereços pesquisados e datas de edição e acesso.....	136
Quadro 11 Itens de observações.....	148
Quadro 12 Análises das observações.....	149
Quadro 13 Dados pessoais das coordenações.....	151
Quadro 14 Dificuldades que os docentes da EJA convivem em suas rotinas na EAD.....	167
Quadro 15 Pressupostos de Vygotsky e Paulo Freire para possíveis ações na formação docente da EJA, do Curso de Pedagogia em EAD, da UNEB/UAB.....	169
Quadro 16 A aprendizagem significativa segundo Ausubel.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de Matrículas na EJA - Brasil 2014/2018.....	69
Gráfico 2 Quantidade de cursos oferecidos em EAD no Brasil em 2017 e 2018	115
Gráfico 3 As contribuições que a formação docente da EJA pode trazer para a prática educacional na EAD, no ensino superior.....	154
Gráfico 4 Indicadores que possibilitam a aprendizagem dos docentes da EJA do ensino superior no curso de formação em EAD.....	163
Gráfico 5 Relação de assuntos a serem abordados nas próximas formações continuadas dos docentes da EJA do Curso de Pedagogia em EAD	176

TABELA

Tabela 1 Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil -1900/2000.....	63
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED Associação Brasileira de Ensino a Distancia
ABT inicialmente como Associação Brasileira de TeleEducação
AVA Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC Base Nacional Comum Curricular

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC Coordenação de Curso
CEAA Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos **CEAD** Centro de Educação Aberta Continuada e a Distância **CEDERJ** Centro de Educação Superior a Distância do estado do Rio de Janeiro
CEP Comitê de Ética em Pesquisa
CGRE Coordenação Geral de Relações Estudantis
CIEP Centros Integrados de Educação Pública
CNA Comissão Nacional de Alfabetização
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER Campanha Nacional de Educação Rural
CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação **CONCED** Conselho Nacional de Secretários de Educação **CONSED** Conselho Nacional de Secretários de Educação, **CONFINTEA** Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos **CP** Coordenação Pedagógica
DIPPEs Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior **EAD** Educação a Distância
EDUCADI Educação a Distância em Ciência e Tecnologia **EJA** Educação de Jovens e Adultos
FCBTVE Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa **FEPLAM** Fundação Educacional Padre Landell de Moura **FIES** Fundo de Financiamento Estudantil do Ministério da Educação **FNEP** Fundo Nacional de Ensino Primário
FRM Fundação Roberto Marinho
FUNDEB Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica **FUNDEF** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FUNDESCOLA Fundo de Fortalecimento da Escola
FUNTEVE Fundação Centro Brasileiros de Televisão Educativa **GIF** Graphics Interchange Format
ICDE International Conference on Data Engineering **ICEIA** Instituto Central de Educação Isaías Alves
IES Instituição de Ensino Superior
IFES Instituições Federais de Ensino Superior
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB Lei de Diretrizes e Bases
LED Laboratório de Ensino a Distância
MEB Movimento de Educação de Base
MPEJA Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos
MOODLE Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment
NAAP Núcleo de Apoio Acadêmico Pedagógico
NAEP Núcleo Acadêmico de Educação Profissional **ODM** Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAFOR Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PBA Programa Brasil Alfabetizado
PBP Programa Bolsa Permanência
PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência **PDI** Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE Plano Nacional de Educação

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento **PPC**
 Projeto Pedagógico do Curso
PPP Projeto Político Pedagógico
POSGARD Programa de Pós-graduação Tutorial a Distância **PROEJA**
 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação
 Básica
PROEXT Programa de Apoio À Extensão Universitária **PROINFO** Programa
 Nacional de Informática na Educação **PRONTE** Plano Nacional de Tecnologia
 Educacional de Tecnologias Educacionais
PRONTEL Programa Nacional de Teleducação
PROUNI Programa Universidade para Todos
RNP Rede Nacional de Pesquisa
SACI Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares **SATE**
 Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais **SENAC** Serviço
 Nacional de Aprendizagem Comercial **SESC** Serviço Social do
 Comércio
SESI Serviço Social da Indústria
SESU Secretaria de Educação Superior
SINEAD Sistema Nacional de Educação a Distância
SINRED Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa **SISU**
 Sistema de Seleção Unificada
SMS Short Message Service – Serviço de Mensagem Curta **SNT**
 Sistema Nacional de Teleducação
SEEA Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo **TCI**
 Tecnologia da Comunicação e Informação
ONG Organizações Não Governamentais
ONU Organização das Nações Unidas
UAB Universidade Aberta do Brasil
UCSAL Universidade Católica do Salvador
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNB Universidade de Brasília
UNDIME União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação **UNE**
 União Nacional dos Estudantes
UNEAD Unidade Acadêmica de Educação a Distância **UNEB**
 Universidade do Estado da Bahia
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e
 Cultura
UNIREDE Universidade em Rede
UNESP Universidade Estadual Paulista
SUMÁRIO

CAPÍTULO

1.....	18	
INTRODUÇÃO		18
 CAPÍTULO		
2.....	28	2.
METODOLOGIA	28	
2.1 Abordagem metodológica.....	29	
2.2 Pesquisa aplicada.....	33	

2.3 Estudo de caso.....	35
2.4 Descrição do objeto de pesquisa.....	40
2.5 Descrição do lócus da pesquisa.....	42
2.6 Instrumentos utilizados na pesquisa.....	45
2.6.1 Etapas realizadas para aplicação dos instrumentos.....	48
2.7 Proposta de formação docente.....	50
2.7.1Objetivos.....	53
2.7.2Planejamento.....	53
2.7.3Avaliação.....	54
2.8 Planejamento da pesquisa.....	54
CAPÍTULO 3.....	56
3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EAD PARA EJA.....	56
3.1 Contexto da EJA no Brasil.....	56
3.2 Formação do professor.....	77
CAPÍTULO	
4.....	95
4. A EAD	
NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	95
4.1 O processo histórico e legal da EAD no Brasil.....	96
4.2 A formação de nível superior por meio da EAD.....	117
CAPÍTULO 5.....	146
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	146
5.1 A análise dos resultados da pesquisa, com a entrevista com as coordenações e aplicação do questionário semiestruturado, com os docentes da EJA do Curso de Pedagogia na modalidade em EAD da UNEB/UAB.....	147
CAPÍTULO	
6.....	182
6.	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS.....	198
ANEXOS	
A Print da tela UNEB/UNEAD.....	199
B Print da tela UNEB/UAB.....	199
APÊNDICE A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE.....	200
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO DO DOCENTE.....	211
APÊNDICE C ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORD. PEDAGÓGICA.....	213
APÊNDICE D ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORD. DO CURSO.....	216

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da minha trajetória educativa, iniciou-se na minha

cidade natal São Paulo, em casa com minha mãe, que tinha a formação de estudo até a segunda série do Fundamental I pela Educação de Jovens e Adultos - EJA, ensinou-me as cores, alfabeto, números, juntar as letras, figuras geométricas, depois fui para a escola ser alfabetizada e em 1970 dei seguimento no ensino fundamental I, no Grupo Escolar Thomaz Galhardo e em 1976 dei continuidade aos meus estudos em Salvador, no Fundamental II no Instituto Feminino da Bahia em 1983, no ensino médio com a formação no magistério realizada no Colégio Instituto Central de Educação Isaias Alves – ICEIA. Em 2002 conclui o ensino superior em Pedagogia, realizado na Universidade Católica do Salvador - UCSAL, logo em seguida cursei a pós graduação em Metodologia em Ensino Superior também na UCSAL sendo concluída em 2004 e dando continuidade na área de educação com o mestrado em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) em 2017, na Universidade Estadual da Bahia - UNEB.

Na área de docência, tive a oportunidade de atuar no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Ensino Técnico, no Ensino Superior e também em espaços não formais como em empresas multinacionais e também em atividade voluntariada. Atuei também como coordenadora pedagógica em uma entidade civil e também, como assessora pedagógica em duas instituições do ensino superior. Nesses diversos espaços, pude observar a necessidade de analisar e verificar o processo formativo do docente, devido às diversas demandas e necessidades nos diversos contextos formativos que estão inseridos.

Durante a minha vida acadêmica, alguns professores me inspiraram e serviram de referência para que continuasse nessa caminhada na educação, desde a minha professora da alfabetização até o mestrado. Isso para mim é de suma importância, porque me ajudou a ter a consciência do papel do docente em uma sala repleta de estudantes, com histórias de vidas, sabedorias,

19

desejos, necessidades, dificuldades, curiosidades e consciente da sua realidade e tornar-se um cidadão crítico, consciente de seu papel perante a sociedade.

Nesse percurso formativo, obtive várias experiências maravilhosas e outras nem tanto, mas o que gostaria de ressaltar nesse meu movimento na

educação é a importância que o ser humano contribui na vida do seu semelhante, o desejo de acompanhar e contribuir com o crescimento intelectual, moral e educacional desse sujeito em constante formação e manter vivo o amor do saber, destacando a razão e a liberdade da sua autonomia para seguir o seu caminho e auxiliar na construção, transformação, integração e evolução da sociedade na qual está inserido.

Na atividade de coordenação e assessoria pedagógica, vivenciei algumas situações que ajudaram a vislumbrar a importância do estudante em uma sala de aula, questionando o seu querer, as suas relações, decisões, verificar quem é esse estudante, por que está em atividade escolar. Com base nessas informações, o docente é o principal elo para auxiliar na construção desse caminho e facilitador ao estudante em seu desenvolvimento e seus questionamentos.

A minha experiência com a formação continuada iniciou-se em uma empresa privada onde uma das minhas funções era a formação de profissionais de vendas com conteúdos técnicos para mercado varejista de eletrodomésticos, atuando nos polos de Bahia, Sergipe, suporte na matriz em São Paulo e demais regiões onde a empresa solicitava. Em seguida surgiu a oportunidade de participar de um projeto do Núcleo Acadêmico de Educação Profissional - NAEP em uma instituição de ensino superior, na formação de estudantes do Curso de Administração para atendimento do call center e vendas. Anos depois, nessa mesma instituição de ensino, desenvolvi a atividade como assessora pedagógica no Núcleo de Apoio Acadêmico Pedagógico – NAAP, dentre as diversas atividades desenvolvidas, uma delas era a formação continuada dos docentes da instituição de ensino. Trabalhei também em uma instituição do Sistema “S”, como coordenadora pedagógica, e desenvolvia a formação continuada dos docentes da instituição.

No período da minha graduação, entendia que a Educação a Distância – EAD, não seria um processo educativo eficaz e vinha com os seguintes

20

questionamentos: como será que funciona a EAD na prática docente? Como o docente dará conta de um número maior de estudantes em sua sala virtual? As aulas são monótonas? Se der problema com a internet, o estudante ficará prejudicado? Será que a falta presencial do docente afetará o de processo

ensino? Como poderia ocorrer de forma efetiva a EAD? Decidi então pesquisar sobre a EAD, mas as pesquisas realizadas não conseguia visualizar como se realiza na prática o processo de ensino/aprendizagem. O processo ficou bem significativo quando realizei um curso na modalidade em EAD e pude vivenciar essa experiência de forma bem positiva, mas tive dificuldade em administrar o tempo com as atividades solicitadas e com a autonomia que essa modalidade oferece. No curso realizado não tive a oportunidade de ter um tutor, mas fiquei curiosa em verificar como era realizada na prática o papel do tutor e como era o processo de intermediação com o estudante.

Recentemente fiz uma especialização em Educação a Distância e realmente foi bastante interessante e verifiquei como um curso de longa duração ocorre, as praticidades e os desafios do ambiente educacional. Algumas coisas me chamaram a atenção, tais como: o diálogo instigador do aluno-aluno; aluno-professor; aluno-coordenador; as várias atividades realizadas pelos módulos ministrados; a interatividade com os objetos de estudos, com as metodologias ativas, diversidade de materiais apresentados e detectei também a grande dificuldade do estudante que nunca vivenciou a experiência com a EAD, com a dinâmica do ensino a distância, por causa do ensino bancário que estava habituado em sua jornada educacional.

O meu envolvimento com o objeto de pesquisa, acredito que fortaleceu depois do meu último contato com a EAD, consolidando o meu desejo por esta modalidade de ensino, a curiosidade de querer conhecer mais e senti a necessidade de aprofundar mais na temática de formação docente, haja vista, sendo este último um tema bastante pertinente e de grande relevância para a educação sendo essas as motivações propulsoras para mergulhar nessa jornada de descobertas, desafios e aventuras que o conhecimento nos proporciona.

A atividade profissional que venho exercendo nesses últimos anos tem proporcionado um contato direto com o ensino superior e a relação muito próxima com os docentes, estudantes e coordenadores de cursos e

21

participando de atividades; eventos e projetos pedagógicos que envolvem jovens e adultos.

Recebendo estímulos de minhas colegas de trabalho Prof.^a. Débora e

Prof^a. Jocenildes e embora sendo meu desejo, mas um tanto adormecido, determinei-me a realizar o Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB e consegui agregar em meu projeto de pesquisa a EAD, EJA, o ensino superior e formação de docentes.

Nesse período como estudante no MPEJA na UNEB, pude ratificar o quanto é importante a preparação e formação dos docentes, pois são fatores básicos e importantes para a expansão do progresso como cidadão, profissional e valorização da vida do sujeito com as suas infinitas possibilidades e capacidades a serem desenvolvidas, mas respeitando o seu conhecimento empírico existente e na busca de novos desafios, com isso vem a seguinte indagação: como a formação dos docentes da EJA no ensino superior de Pedagogia na modalidade em EAD na UNEB/UAB, pode contribuir na prática pedagógica?

A Educação com características marcantes e influentes estão interligadas a Alfabetização de Jovens e Adultos, a Educação Básica e a Educação Popular, na visão de Bezerra (1980) e Freire (1983), encontrando a presença popular no contexto político se fazendo a consolidação dos movimentos populares e sociais nos períodos das décadas de 60,70 e 80, contando com a forte participação popular, devido às dificuldades e embates que nesse período a sociedade brasileira estava passando.

Portanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) por ser uma modalidade da Educação e de caráter formal, oriunda da Educação Popular, traz os seus conhecimentos, experiências e saberes, mas não deixando de lado a sua luta pela igualdade social. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a educação é um direito de todos os cidadãos, a EJA traz em sua proposta de conscientização e humanização do ser, uma oportunidade de formação para estes jovens e adultos, que foram impossibilitados de iniciarem ou continuarem a sua educação. Vale ressaltar, que alguns colegas do MPEJA, foram oriundos da EJA, promovendo estímulos para os colegas e seus estudantes que estão ao seu redor.

No aspecto social a relevância dessa pesquisa acadêmica pode-se verificar quem é esse docente do ensino superior da EJA e como a sua

atividade profissional pode auxiliar no processo de inclusão do seu estudante na participação ativa da sociedade. Na parte acadêmica traz a reflexão como está sendo realizado o processo de ensino na modalidade de ensino superior em EAD; se realiza formação continuada para os docentes e se atende as necessidades dos docentes e quais as implementações necessárias, para que os conhecimentos sejam adequados ao seu público. Com relação à relevância da parte política, se está sendo atrelada a inclusão de estudantes de baixa renda na educação, atendendo as demandas da Lei 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação, na modalidade em EAD e EJA.

A proposta da pesquisa acadêmica tem como objetivo geral analisar as contribuições da formação docente do Curso de Pedagogia em EAD, para a prática pedagógica dos docentes da EJA e os objetivos específicos: a) compreender sobre o processo histórico da EAD no Brasil e suas implicações para a prática pedagógica do docente. b) identificar como os docentes do ensino superior da EJA podem utilizar a EAD para uma aprendizagem mais significativa. c) identificar os indicadores que possibilitam a aprendizagem dos docentes da EJA do ensino superior no curso de formação em EAD.

A problemática que a pesquisa traz é a seguinte: como a formação dos docentes EJA do curso de Pedagogia em EAD/UNEB/UAB pode contribuir para prática pedagógica?

Busca-se uma análise na utilização da EAD nesse novo contexto educacional, focado na formação docente da EJA como uma das formas que possibilitam a aprendizagem dos docentes com o propósito de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem do docente que reverterá mais na frente para o estudante da EJA.

Contudo, além de focar em uma aprendizagem a distância, ressaltando em estudos, tecnologias, se faz necessário que o processo ensino/aprendizagem ocorra em um ambiente propício, com estratégias educativas, interações entre os sujeitos protagonistas desse processo de ensino.

Mediante o exposto, podemos constatar que a educação de jovens e adultos não pode ficar de fora de todo esse ambiente virtual e como os

docentes necessitam estarem atentos a esses movimentos e desenvolvimentos

das tecnologias utilizadas no contexto atual. Para isso, se faz necessário potencializar a utilização de um dos meios de comunicação do mundo digital, promovendo novos conhecimentos e reflexões para os docentes no processo de ensino e de aprendizagem. O referencial teórico no estudo proposto se pauta na literatura sobre a EAD; formação de docente; prática pedagógica e a EJA.

A formação contínua de docentes através da EAD está prevista na legislação conforme a Lei 9394/96 no Art. 62 § 2º “a formação contínua e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância”, (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). § 4º a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios “adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública”, (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) e no Art. 63. No item III –“programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”.

Logo, para o sucesso de utilização da EAD na EJA pelos docentes, faz se necessário uma formação para essa modalidade de ensino que traga novas experiências para uma mediação com mais qualidade e proporcione a reflexão do papel docente como mediador.

Vale ressaltar que a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelo Decreto nº 5.800, de junho de 2006, no Art.1º cria o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, sendo que no Parágrafo único - são objetivos do Sistema UAB: no item I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica e item II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Verifica-se a importância de se ter políticas voltadas para a EAD e também a realização de formação contínua de docentes do ensino superior e os suportes necessários aos profissionais envolvidos com o acompanhamento e o apoio aos estudantes.

Essa modalidade abrange os estudantes e professores que desenvolvem atividades em lugares e tempos diversos, com capacidade de auxiliar o estudante, diagnosticando suas necessidades de aprendizagem, auxiliando-o a formular e reformular os objetivos de aprendizagem, identificando os recursos necessários, organizando estratégias de aprendizagem, avaliando os resultados da mesma e da proposta de ensino. Nesse aspecto, o papel do professor da EJA na modalidade EAD, passa a ser o de mediador da ação pedagógica.

O estudo foi realizado numa perspectiva de estudo de caso Yin (2001), esta modalidade de pesquisa é aquela que vai além de compreender, propõe intervir na situação, com intenção a modificá-la e os sujeitos envolvidos buscam o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Para isso, fazem-se necessárias algumas interlocuções teóricas propostas na pesquisa, acerca do processo formativo do docente da EJA na modalidade em EAD e também trazer reflexões e análises através do questionário semiestruturado, observações, anotações e entrevista.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as categorias de: pesquisa através do questionário semiestruturado, análise, pesquisa bibliográfica, entrevista com a Coordenadora do Curso de Pedagogia, Coordenador Pedagógica na modalidade em EAD e para aprendizagem uma proposta de formação para os docentes.

O estudo proposto é baseado na abordagem qualitativa, o qual proporciona o diálogo com os docentes envolvidos e também sendo adequada para a investigação proposta.

Segundo Bogdan e Biklen (2013)

“a abordagem qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. (BOGDAN; BIKLEN, 2013, p.49).

Por isso é importante que o objeto de pesquisa traga embasamentos do contexto analisado, para que possibilitem novas perspectivas e esclarecimentos necessários acerca do problema pesquisado, buscando novas reflexões sobre o estudo pesquisado.

Seguindo a visão de Martinelli (2012), os participantes têm a oportunidade de expor o que pensam acerca do que está sendo pesquisado tornando-se indispensável a participação direta do sujeito. Segundo Bogdan e Biklen (2013), é de suma importância na pesquisa aplicada, às descrições nos relatos, nas entrevistas, nos acontecimentos, para esclarecimentos de pontos de vista, principalmente se tratando da realidade relevando os aspectos cotidianos para uma melhor compreensão do objeto de estudo a ser analisado.

A pesquisa foi realizada na instituição Universidade do Estado da Bahia – UNEB, localizado na Rua Silveira Martins, 2555, bairro do Cabula – Salvador, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, no curso de Pedagogia na modalidade em EAD, no ambiente Moodle e tendo como polo na cidade de Salvador/BA.

Na sequência, pretende-se realizar a aplicação de questionário semiestruturado com os docentes do Curso de Pedagogia para analisar a formação docente em EAD, entrevista com a coordenadora do referido curso e coordenadora pedagógica, analisar os dados coletados, as observações e anotações no decorrer da pesquisa.

Acreditamos que esta pesquisa, trará contribuições nos estudos da EJA com o foco na modalidade em EAD, ofertando a oportunidade de inclusão nas diversas cidades do interior do estado e promovendo a formação contínua a esses docentes e trazendo discussões para que cada vez mais auxiliem no ensino da EJA, na modalidade em EAD, fomentar a formação do docente e o reflexo desse processo para contribuir na aprendizagem dos estudantes para forma mais efetiva.

A dissertação, foi organizada sequencialmente conforme o tema apresentado, na busca de análise e reflexões mediante a problemática explicitada na construção da pesquisa. O trabalho foi dividido em seis capítulos, referências, anexos, proposta de formação docente da EJA do curso de Pedagogia na modalidade em EAD, questionário, termo de consentimento e fotos.

Esta dissertação está dividida em capítulos, apresentando as seguintes partes:

O primeiro capítulo compreende com a introdução e inicia com a narrativa da trajetória profissional da pesquisadora, as inquietações com a

Educação a Distância e formação do docente na EJA, inclusão dos aspectos gerais do tema, o problema, a justificativa e os objetivos.

No segundo capítulo, evidencia a metodologia com o subtítulo de abordagem metodológica, sendo uma pesquisa exploratória com Gil (2008), justificando e fundamentando a escolha da abordagem quantitativa com Minayo (2013); Martinelli (2012); Moreira (2002); Flick (2009); Bogdan e Biklen, (2013); Stake (2011); Yin (2016), com a proposta metodológica selecionada que é o estudo de caso com as colaborações de Robert K. Yin (2016), Peres e Santos (2005); Gil (2002); Robert E. Stake (2000), e configura de natureza como pesquisa aplicada Bogdan e Biklen (2013); Appolinário (2011) utilizando os instrumentos entrevista, questionário semi-estruturado, observação, coleta de informações, envolvendo a coordenadora do curso de Pedagogia em EAD/UNEB/UAB, coordenadora pedagógica dos cursos em EAD/UNEB/UAB, docentes da EJA em EAD/UNEB/UAB, documentos da UNEB/UAB e pesquisa bibliográfica. Os demais subtítulos são: descrição do objeto de pesquisa sendo a formação contínua do docente no nível superior em EAD com a EJA; descrição do lócus da pesquisa na UNEB/UAB e a descrição da proposta metodológica, integrando as fases da proposta metodológica e os instrumentos aplicados.

O terceiro capítulo, formação de professores na EAD para a EJA, apresentam os subtítulos, contexto da EJA no Brasil, compreendendo a trajetória da EJA no Brasil com as principais aspectos históricos com as suas disposições legais da educação brasileira no tocante da EJA, e a formação do professor na esfera do ensino superior de modo a fortalecer a sua prática no cotidiano educacional com a ampliação de novos conhecimentos e fornecer subsídios para a superação dos desafios na rotina do docente universitário, com os autores Freire (2013), Arroyo (2005), Garcia (2013), Dantas (2016).

O quarto capítulo discorre sobre a A EAD no Brasil: limites e possibilidades, contextualizando o histórico da EAD no Brasil; identificar e analisar os limites e possibilidades do uso da EaD no Brasil, com os autores Castells (1999); Lévy (1999); Kenski (2013); Nelson Pretto (2010) as legislações que contemplam a modalidade, com os autores como Alves (2011) e Nunes (1993), a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a formação

O quinto capítulo expõe a análise dos resultados conforme os objetivos propostos, produzidas com base na aplicação do questionário semiestruturado, com base na entrevista semiestruturada, nas observações realizadas e análise dos documentos e a teoria fundamentou o estudo. A questão problema orientou nessa busca sobre a formação dos docentes EJA no ensino superior de Pedagogia na modalidade em EAD na UNEB/UAB, para uma contribuição de uma proposta de formação que contemple as necessidades dos docentes da instituição analisada e também que reflita no auxílio da construção de uma práxis com qualidade.

No capítulo sexto apresenta as considerações finais com as reflexões e análises a partir dos instrumentos aplicados. A pesquisa possibilitou uma exposição e confrontos com os autores especialistas no contexto da formação contínua do docente da EJA do curso de Pedagogia em EAD da UNEB/UAB, que não se esgota de limites e possibilidades o processo social do ensino superior na EAD, além da necessidade de sensibilização para a importância da formação docente, do acompanhamento e incentivo que a EJA necessita, através da modalidade em EAD. A pesquisa oportunizou a realização de uma proposta de uma formação para os docentes da EJA do curso de Pedagogia na EAD mediante a colaboração e participação dos docentes, da coordenadora do curso de Pedagogia e a coordenadora Pedagógica dos cursos em EAD da UNEB/UAB e a oportunidade de contribuir com a sugestão de uma proposta de formação contínua dos docentes, a partir dos resultados obtidos. Finalizando constam as referências, os apêndices e os anexos do trabalho.

CAPÍTULO 2

2. METODOLOGIA

Neste capítulo encontra-se a metodologia da pesquisa em consolidação ao problema proposto, como a formação dos docentes da EJA no ensino superior de Pedagogia na modalidade em EAD na UNEB/UAB, pode contribuir na prática pedagógica? Os procedimentos metodológicos serviram de alicerce

para o estudo e na busca de atendimento dos objetivos estabelecidos.

Inicia-se este capítulo com a explanação do conhecimento científico, a sua importância na investigação trazendo um olhar reflexivo sobre a problemática na busca da veracidade que o conhecimento científico proporciona.

Para Gil (2008) “o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. (GIL, 2008. p.08). Na visão de Lakatos e Marconi (2011), “a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 83).

A metodologia de um trabalho científico, é o coração de toda a pesquisa, mas para Severino (2016), a ciência não é somente seguir um método e aplicar as técnicas corretas, deve-se levar em consideração também as malhas teóricas com os dados empíricos, articulação do lógico com o real, do ideal com o real.

Na visão de Freire (2011):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...] Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. PAULO FREIRE, 2011. p. 32.

Paulo Freire traz em seu bojo a importância da pesquisa, e que o ensino e a pesquisa estão juntos, pois o homem através da sua inquietude, as indagações são muitas e fomentam a pesquisa, a intervenção, o conhecimento, a divulgação e retroalimentando novas pesquisas.

Retornando às bases metodológicas da pesquisa, em consonância com os objetivos, a metodologia escolhida para a pesquisa é de natureza

29

aplicada com a fundamentação de Thiollent (2009), Bogdan e Biklen (2013); para abordagem qualitativa, foi pautada nos autores Minayo (2013), Martinelli (2012), Moreira (2002), Flick (2009), Bogdan e Biklen, (2013), Stake (2011), Yin (2016) e estudo de caso como procedimento técnico, que utiliza métodos de investigação para análise de um fenômeno situado no local em que ocorre, através da observação e aplicação de instrumentos diversificados e fundamentado com Yin (2001), André (2008); Hamel (1993); Gil (2002); Mazzoti

(2006); Peres e Santos (2005) e Stake (2000).

Este capítulo contém os procedimentos metodológicos aplicados na investigação e no decorrer será apresentado em subtítulos com o estudo quanto à abordagem metodológica; descrição do objeto de pesquisa; descrição do lócus da pesquisa; proposta de formação docente e cronograma.

2.1. Abordagem da Pesquisa

No campo das ciências humanas e sociais há duas visões metodológicas na pesquisa científica. Uma é o método quantitativo, com a proposta de compreender os fenômenos através da grande quantidade de coleta de dados baseada em números e cálculos matemáticos e a outra é o método qualitativo sendo a proposta de compreender os fenômenos através da coleta de dados, identificando as preferências, suas particularidades, tendências de pensamentos, comportamentos, experiências e ações dos indivíduos de forma individualizada.

Quando menciona a abordagem qualitativa remete ao comportamento humano que é o resultado de forças, estruturas internas, fatores e externas que atuam sobre as pessoas, gerando resultados, chamada de Positivismo. Segundo os positivistas, essas forças ou fatores são estudados pelo método experimental e por amostras.

Para Moreira (2002) o positivismo contemporâneo tem fundamentos de Auguste Comte e John Stuart Mill, trazendo que as ciências humanas e sociais realizem suas pesquisas através das seguintes ciências: Matemática, Astronomia, Física, Química, Moral, Biologia e Sociologia (MOREIRA 2002, p. 45). O estado positivo ocorreu, segundo Comte, a partir do momento em que a humanidade passou a priorizar a ciência como fonte do saber confiável.

30

Auguste Comte apostava no progresso moral e científico da sociedade por meio da ordem social e do desenvolvimento das ciências.

Os pesquisadores dessa metodologia utilizaram dados de levantamentos amostrais, práticas de contagem, evidenciando o comportamento humano, provendo procedimentos estatísticos. Durante o século XX, as ideias de Comte contribuíram para a metodologia de pesquisa. A

humanidade progrediria continuamente, indo sempre adiante e nunca regredindo. Segundo o pensamento positivista, o progresso histórico deveria ser constantemente aferido, tomando por base apenas os fatos que são constantemente registrados.

Para Minayo (2003),

A diferença entre qualitativo e quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO, 2003 p.22)

Na visão da autora os dados quantitativos e qualitativos eles não se opõem, mas se complementam, pois se interagem efetivamente e a pesquisa qualitativa utiliza também os dados quantitativos para a complementação de informações pertinentes na pesquisa.

Nos séculos XXVIII e XIX na busca de novas formas de investigação, surgiu o método qualitativo de pesquisa, devido a insatisfação de alguns cientistas sociais, sociólogos, historiadores, com o método de pesquisa que utilizavam das ciências físicas e naturais e servia de modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais e no momento atual é muito utilizado nas pesquisas de fenômenos sociais.

Esta pesquisa baseia-se na abordagem qualitativa para atender às necessidades do problema da pesquisa, sendo esta abordagem a mais adequada, para estabelecer uma compreensão e aprofundamento da realidade do contexto do objeto da pesquisa. O método qualitativo, traz o estudo do homem, analisa o mundo em que vive continuamente, tendo como objeto o ser humano.

Os especialistas que se dedicam a esse tipo de método são chamados de interpretacionistas e afirmam que o homem é diferente dos objetos. A vida

31

humana é vista como uma atividade interativa e interpretativa, realizada pelo contato das pessoas. Com tudo, “com grande dificuldade, a pesquisa qualitativa vai abrindo seus próprios caminhos” (MOREIRA, 2002, p. 43).

Na busca de uma interação dos conhecimentos científicos para os estudos dos fenômenos sociais, que tanto abalam as demandas da sociedade nos países emergentes, tais como: exclusão digital, analfabetismo digital,

evasão dos discentes, falta de preparação dos estudantes nos cursos em EAD, fechamento de escolas da EJA, falta de formação docente; falta de recursos tecnológicos específicos na EAD, a violência virtual e tantas outras; essas inquietações e necessidades são as molas propulsoras para continuar a busca de respostas e soluções dos problemas latentes nesta sociedade em desenvolvimento e crescimento. Para entender melhor os motivos dos problemas apresentados nas sociedades emergentes, as opiniões, hipótese e motivações que oportunizam essas demandas, a pesquisa qualitativa é uma abordagem que auxilia nesse processo da pesquisa realizada, na busca da possibilitasse de um processo dialógico e colaborativo entre todos os participantes da pesquisa, ajudando a desenvolver informações necessárias para a causa, as ideias, as opiniões ou hipóteses sobre o problema pesquisado, tendo como objeto o ser humano.

Na visão de Flick (2009) as ideias básicas que norteiam a pesquisa qualitativa, são diferentes da pesquisa quantitativa. Os principais aspectos da pesquisa qualitativa são:

- ✓ Apropriabilidade de métodos e teorias, se os métodos foram adequadamente selecionados e aplicados;
- ✓ Perspectivas dos participantes, se os pesquisadores qualitativos estudam o conhecimento e as práticas dos participantes, que possuem pontos de vista e práticas diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados e sua diversidade;
- ✓ A reflexividade do pesquisador e da pesquisa, sendo a subjetividade do pesquisador faz parte do processo de pesquisa.

A pesquisa qualitativa,

[...] é o método de pesquisa que evidencia o modo como indivíduos e grupos de indivíduos vem e entendem o mundo ou uma parte

32

específica dele, e como constroem significado e conhecimento. (BOGDAN e BIKLEN, 2013. p. 56).

Ou seja, as teorias gerais nas ciências sociais são voltadas para grupos e classes bem específicos, que possuam um grande número de características em comum, onde os fenômenos complexos da vida social não estão sujeitos à quantificação e análise estatística.

Segundo Yin (2016) os estudos qualitativos têm a necessidade de mostrem a sua confiança e credibilidade; apresenta a oportunidade de estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de dados; maior liberdade na seleção de temas de interesse; pode abranger muitas áreas acadêmicas e profissionais diferentes; pode fazer parte de diferentes disciplinas de ciências sociais.

Para Martinelli (2012), os participantes têm a oportunidade de expor o que pensam, e isso se faz presente quando é abordado na pesquisa as necessidades, as dificuldades acerca da formação docente da EJA do Curso de Pedagogia, na modalidade em EAD, é indispensável à participação direta do sujeito.

Na visão de Rey (2002), alguns conhecimentos surgem a partir da interação humana e os teóricos da pesquisa qualitativa consideram o pesquisador como o principal sujeito no processo de observação, de diagnóstico e de intervenção. Os fenômenos sociais só se revelam aos pesquisadores quando eles estão dispostos a se engajarem pessoalmente, observando, diagnosticando e intervindo nos processos de pesquisa (LEWIN, 1965). Os fenômenos sociais são observados de forma participativa e o pesquisador apreende participando de sua construção.

Segundo Bogdan e Biklen (2013), a pesquisa qualitativa tem cinco características: a fonte direta dos dados é o ambiente “natural”, em condições espontâneas; a investigação qualitativa é tipicamente descritiva; o foco de interesse do pesquisador é o processo; há uma tendência para analisar os dados de forma indutiva; o significado é vital.

As ciências sociais são ideológicas, em sua essência, portanto a “visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”. (MINAYO, 1996, p. 20-21)

33

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser “interpretativa, baseada em experiências, situacional e humanística”, sendo consistente com suas prioridades de singularidade e contexto (STAKE, 2011, p. 41).

Na visão dos autores acima citados, percebe-se a importância que a pesquisa qualitativa apresenta nas pesquisas sociais, traz a sua especificidade,

como a proposta desta pesquisa de investigação na formação docente da EJA, do curso de Pedagogia, na modalidade em EAD e também na busca de explicar a realidade, de como a formação docente se realiza para atender as necessidades dos docentes, a compreensão do fenômeno, descrição do objeto de estudo, considerando a realidade social dos fatos.

Na pesquisa qualitativa, traz uma proposta da amostra do objetivo proposto, apresentar informações aprofundadas e ilustrativas para produzir novas informações da realidade que não podem ser quantificados, na busca da compreensão e explicação das relações sociais que estão na pesquisa em análise.

2.2 Pesquisa Aplicada

A pesquisa apresentada se configura de natureza como pesquisa aplicada, busca gerar conhecimento através da prática e dirigida com foco na solução de problemas com objetivos definidos e na aplicação dos resultados. Busca compreensão, o “como”, preocupa-se em compreender os fenômenos e não com a intenção de especulação motivada pela curiosidade e sim na proposta de um problema concreto atual e com uma finalidade estabelecida.

Segundo Bogdan e Biklen (2013), é de suma importância na pesquisa aplicada, às descrições nos relatos, nas entrevistas, nos acontecimentos, para esclarecimentos de pontos de vista, principalmente se tratando da realidade relevando os aspectos cotidianos para uma melhor compreensão do objeto de estudo a ser analisado.

Conforme os objetivos propostos na pesquisa apresentada, os instrumentos utilizados (questionário, entrevista, análise de documentos, pesquisa bibliográfica), são correlatos da pesquisa aplicada, levando em conta o ponto de vista das pessoas envolvidas no processo de formação docente (docentes da EJA do curso de pedagogia em EAD, coordenadora do curso de

pedagogia em EAD e a coordenadora pedagógica dos cursos em EAD) e também na condução da aplicação dos instrumentos, tendo o cuidado de respeitar o ponto de vista e a busca da realidade do contexto a qual os pesquisados estão inseridos.

A pesquisa aplicada destaca-se com o foco nos problemas presentes, nos grupos, nas atividades das instituições, organizações, respondem a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições”. (Thiollent, 2009, p.36). Deve-se elaborar diagnósticos, identificação de problemas para a busca de soluções. A proposta da ciência tem o intuito do conhecimento em si mesmo quanto as contribuições praticas decorrentes desse conhecimento. A pesquisa aplicada está interligada à pesquisa pura porque “uma pesquisa pura pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata.” (Gil, 2008, p.18). A pesquisa pura ou básica, tem como principal objetivo de ajudar no conhecimento atual com mais informações, na busca de compreender melhor os fatos.

A pesquisa aplicada também se relaciona com a básica pelo fato de muitas vezes determinar um uso prático para as descobertas feitas pelas pesquisas puras. A pesquisa aplicada não acontece sem os conhecimentos da pesquisa básica, e vice-versa. Na pesquisa aplicada ocorre a aplicação prática e imediata dos resultados é o que distingue da pesquisa básica, que se concentra em questões teóricas.

A pesquisa aplicada envolve interesses locais por procurar responder questões específicas e delimitadas em seus objetivos, se propõe na busca de resultados reais e oferta de soluções práticas, com o foco em problemas específicos, pertinentes e selecionados, para gerar conhecimentos passíveis de aplicação prática imediata.

Toda pesquisa é de suma importância para o desenvolvimento da ciência, da experiência cotidiana do ser humano e pode ser uma atividade desenvolvida por investigadores, com novas descobertas e auxiliando na qualidade da vida intelectual, necessitando de normas científicas e legislativas.

Há uma regulamentação direcionada para pesquisas tecnológicas, refere-se ao Decreto, nº 5.798/2006, (regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005),

35

que regulamenta o Capítulo III da Lei do Bem, traz no seu Art. 2º, alínea II, as atividades consideradas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para aplicação dos incentivos, para a pesquisa básica,

desenvolvimento experimental, tecnologia industrial básica, serviços de apoio técnico e conforme descrito abaixo no item II letra b que inclui:

“Pesquisa aplicada: os trabalhos executados com o objetivo de adquirir novos conhecimentos, com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas”. (Decreto, nº 5.798/2006).

Essa legislação tem como proposta promover e incentivar a pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, promovendo benefícios fiscais previstos. Levando em consideração ao Decreto nº5.798/2006, a pesquisa aplicada utiliza de toda informação disponível com foco na criação de novas tecnologias e métodos, auxiliando no desenvolvimento da pesquisa e da sociedade. Vale ressaltar que no momento atual, os cortes e reduções de verbas para a universidade o investimento em pesquisa e desenvolvimento é tido como um esbanjamento de dinheiro.

A pesquisa aplicada também é muito utilizada no contexto educacional e no mestrado profissional (curso de pós-graduação stricto sensu), devido a investigação do pesquisador em estudos e problemáticas do ambiente de ensino, como foi realizado esta pesquisa na UNEB/UAB, no curso de Pedagogia, na modalidade em EAD, com a proposta de aprofundamento do conhecimento na formação continuada do docente da EJA, tendo com base no referencial teórico, envolvendo os sujeitos na demanda específica, para adquirir mais entendimento da problemática e realizar uma proposta de formação docente da EJA do curso de Pedagogia na modalidade em EAD, conforme as necessidades apontadas no desenvolvimento da pesquisa e buscar uma proposta com uma visão mais direcionada para as necessidades, conforme Apolinário (2011, p. 146), é realizada com o intuito de “resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas”, onde os problemas surgem do contexto profissional e podem ser solicitados pela instituição para que o pesquisador explique o problema e busque a resolução do mesmo.

2.3 Estudo de Caso

36

O estudo de caso surgiu em meados do final do século XIX e início do século XX com a sociologia e antropologia, através de Frédéric Le Llay, na França, Bronislaw Malinowski e membros da Escola de Chicago, nos Estados Unidos. O principal propósito desses estudos era realçar as características e

atributos da vida social (HAMEL, 1993).

O estudo de caso ganha espaço como estratégia de pesquisa, buscando encontrar soluções para dificuldades da vida real. Em educação, os estudos de caso aparecem em manuais de metodologia de pesquisa nas décadas de 1960 e 1970, com um estudo descritivo de uma unidade (escola, professor, grupo de alunos, uma sala de aula), que é menos científico para essa concepção de “estudo descritivo de uma unidade”, que surge no contexto das abordagens quantitativas ocasionando equívocos e muitas críticas (MAZZOTTI, 2006). A abordagem qualitativa surgiu na década de 80 e o estudo de caso retorna no campo educacional de forma mais ampla, ou seja, como um fenômeno particular que considera o contexto e suas múltiplas dimensões, reconhecendo o aspecto unitário e a análise com profundidade. Assim o estudo de caso passou a ser utilizado em diversas áreas: medicina, psicologia, serviço social, direito e administração; sempre com o intuito de analisar, diagnosticar, estruturando-se na resolução de uma situação/problema. Mas vale ressaltar a importância desse sujeito, onde ele está inserido, trazendo as suas experiências, as suas interações sociais, produções culturais e sua linguagem. Isso são fatores importantes da pesquisadora na descrição e análise da situação pesquisada. (ANDRÉ, 2008, p.13).

O estudo de caso tornou-se uma metodologia para aprimoramento do trabalho das Organizações Não Governamentais (ONG), utilizado nos projetos sociais e auxiliou no levantamento de sugestões para a promoção de novas propostas sociais.

Nos anos 90 tornou-se muito comum a aplicação do estudo de caso com base nos aspectos políticos e sociais. Utilizou-se também no planejamento dos programas e projetos de cooperação internacional, além no diálogo com o Poder Público para construção de políticas sociais.

Na visão de Peres e Santos (2005) destacam três pressupostos básicos para o estudo de caso:

<p>Implica uma atitude aberta e flexível da pesquisadora, apoio de referencial teórico, mas atento aos novos aspectos relevantes</p>	<p>A pesquisadora deve utilizar múltiplas fontes de dados, instrumentos e procedimentos</p>	<p>Exige uma postura ética da pesquisadora, procurando evidências, fontes em suas análises apuradas</p>
<p>Podem surgir no decorrer do trabalho de pesquisa Formação docente da EJA no curso de Pedagogia na modalidade em EAD</p>	<p>Múltiplas dimensões do fenômeno investigado (EAD, EJA, docência curso de pedagogia UNEB Entrevista, questionário, documentos, pesquisa bibliográfica)</p>	<p>O conhecimento mais concreto, contextualizado e voltado para interpretação do leitor na formação docente da EJA do curso de Pedagogia em EAD na UNEB</p>

Fonte: Elaboração pela autora a partir da pesquisa de Peres e Santos (2005)

Mediante aos pressupostos apresentados na figura acima, verificamos a necessidade de estar atento ao conhecimento, porque está em constante construção; as variadas dimensões; a realidade do sujeito envolvido; complementando com o comprometimento da pesquisadora, sua ética; sendo utilizadas variadas fontes de dados, instrumentos e procedimentos. Percebe-se nos pressupostos básicos acima, a evidência do objeto de pesquisa (formação docente da EJA no curso de Pedagogia na modalidade em EAD), com o sujeito envolvido (docentes da EJA no curso de Pedagogia em EAD na UNEB) e com as múltiplas dimensões do fenômeno investigado, além dos instrumentos utilizados (entrevista, questionário, documentos e pesquisa bibliográfica) e a contextualização do sujeito pesquisado.

Na visão de Gil (2002, p. 139), os estudos de caso têm o propósito de “[...] proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”, trazendo uma reflexão

38

sobre a importância da visão do todo da problemática que a pesquisa pode trazer e as influências que podem apresentar.

Para a implantação do estudo de caso, segue abaixo, as seguintes fases na visão de Robert K. Yin (2001) e Robert E. Stake (2000)

Quadro 01 Fases do estudo de caso

FASES DO ESTUDO DE CASO	
FASES	DENOMINAÇÃO
Primeira Fase	Formulação do problema
Segunda Fase	Definição da unidade caso
Terceira Fase	Determinação do nº de casos
Quarta Fase	Elaboração do protocolo
Quinta Fase	Coleta de dados
Sexta Fase	Avaliação e análise dos dados
Sétima Fase	Preparação do relatório

Fonte: Elaborada pela autora com os dados adaptado de Gil (2002, p. 137).

Cada fase acima mencionada, é importante para o desenvolvimento do estudo de caso para um melhor planejamento, entendimento dos passos a serem aplicados e auxiliar no desenvolvimento das fases estabelecidas.

No estudo de caso a diferença entre as demais formas de pesquisa é a atenção direcionada do pesquisador visando a busca da “compreensão de um particular caso, em sua idiosincrasia, em sua complexidade” (STAKE, 2000, p.256),

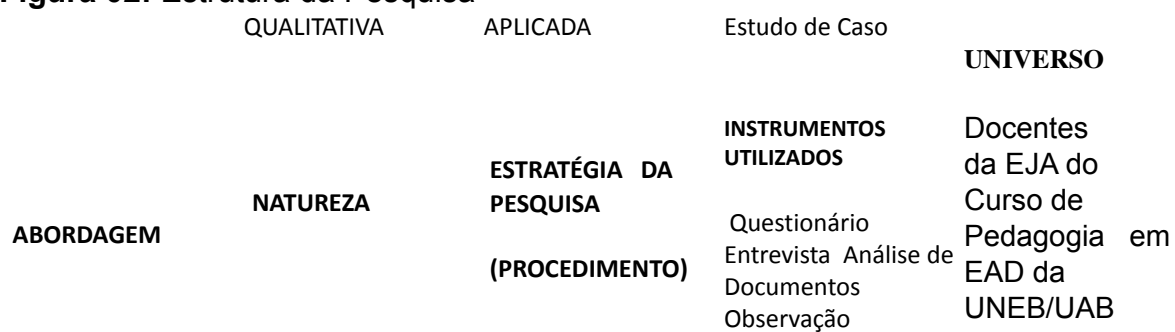
Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que um método abrangente em abordagens específicas de coletas e análise de dados. E complementa que o estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2001, p.32).

A proposta da pesquisa apresenta-se dentro dos parâmetros da visão de Yin, porque ela traz o estudo de uma abordagem específica, que é a formação docente da EJA no curso de Pedagogia na modalidade em EAD, sendo um estudo de caso contemporâneo dentro do contexto da vida real da UNEB, na modalidade em EAD, voltado para o docente da EJA em uma formação contínua, específica para o curso de Pedagogia em EAD.

A modalidade escolhida para o estudo foi o estudo de caso, porque ele traz como objetivo principal dar ao pesquisador e ao grupo participante os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora.

O estudo de caso também é uma investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social. Neste caso são os docentes da EJA, a coordenadora do curso e coordenadora pedagógica curso de Pedagogia, na modalidade em EAD; com foco na racionalidade de suas próprias práticas educacionais e sociais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas são realizadas e sua forma.

Figura 02: Estrutura da Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora, com dados da pesquisa, 2020

Podemos observar na figura acima, que na estruturação metodológica do estudo e o caminho realizado se apresentou de maneira organizada e interligada, onde cada processo auxilia para uma compreensão de forma mais objetiva para atendimento dos objetivos propostos da pesquisa.

A modalidade escolhida para o estudo foi o estudo de caso, porque ela traz como objetivo principal dar ao pesquisador e ao grupo participante, os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas que vivenciam buscando uma ação transformadora.

O estudo de caso apresenta um benefício pelo próprio estudo em si, porque é uma forma particular e específica do estudo proposto, podendo ser auxiliado por técnica de coleta de dados, juntamente de algumas metodologias, como: a entrevista, a análise de documentos, a gravação e a observação.

Segundo André (2008, p.16) “não são as técnicas que definem o tipo de estudo, e sim o conhecimento que dele advém”, por isso as informações coletadas servirão de parâmetros para o conhecimento com aprofundamento da realidade atual.

2.4 Descrição do objeto de pesquisa

O objeto de pesquisa proposto é a formação continuada do docente da EJA do nível superior no curso de Pedagogia na modalidade em EAD, sendo desenvolvido pela UNEB em adesão aos Programas Universidade Aberta do Brasil – UAB, incorporada esta modalidade de ensino como oferta contínua, estendendo assim a oferta e a abrangência regional, para ampliar e democratizar o acesso à educação superior no estado.

Vale ressaltar que o papel do professor no ensino EAD na educação superior do curso de Pedagogia, tem como função mediar e criar situações didáticas que satisfaçam as necessidades e interesses dos estudantes do curso de Pedagogia, haja vista, alguns destes estudantes já exercem a profissão, mas que não tem o nível superior, por isso se faz necessário a construção do conhecimento de forma participativa e a reflexão da prática pedagógica do docente, propondo uma aprendizagem autônoma incluindo as atividades de formação em que a pessoa tanto nas atividades desenvolvidas individualmente ou em grupo tem a iniciativa para planejar, desenvolver, avaliar, tomar decisões e a capacidade de autogestão para aprender com sua experiência.

Na visão de Nóvoa (1995),

“A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional” (NÓVOA, 1995, p. 13).

A identidade profissional do docente se estrutura conforme as suas experiências na docência através de práticas, suas experiências em articular estratégias e saberes, para atuar na docência da EAD.

A formação continuada dos docentes para atuar em EAD, segundo Moran (2012) deve-se estar atento os conteúdos a serem trabalhados instruindo os docentes com relação a essa modalidade de ensino, visando os aspectos teóricos e práticos, para uma educação mediada. A educação mediada pelo meio tecnológico é bem mais que a simples transferência de informações; é refletir, ouvir, entender, respeitar, aceitar, facilitar, provocar, motivar, promover reflexão, mediar, interagir, entre outras. (ROZENFELD; EVANGELISTA, 2011).

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em EAD, o processo de ensino e aprendizagem para o docente tem mais alguns desafios, pois a inclusão desses jovens e adultos nesse cenário acadêmico, requer do docente um olhar mais sensível voltado para a vida desse educando e o processo ensino/aprendizagem, pois eles apresentam uma expectativa bem mais elevada, na busca da sua autonomia, conhecimento, se sentir incluso no meio acadêmico, social e profissional.

A modalidade de ensino a distância, contribui para jovens e adultos da EJA, sua inserção no ensino superior, podendo auxiliar na sua inclusão no mercado de trabalho com seus méritos de forma profissional e na sociedade como cidadão, enquadramento salarial e logo é fato que essa modalidade de ensino oferece para aqueles que não tiveram condições de estudar em idade e tempo corretos. Dessa forma, é importante a garantia do acesso à universidade, embora os desafios podem ser enfrentados e que as perspectivas poderão ser positivas (FREIRE, 1979). Para Paiva (1987, p. 16) sobre a EJA, ele a classifica “[...] como toda educação destinada aqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente [...]”.

A proposta é adentrar na importância da Educação a Distância, nos processos formativos dos docentes do ensino superior que desenvolve atividade com a EJA, auxiliando na contribuição da prática pedagógica desses docentes, através de suas vivências, ações e a EAD sendo propulsora de instrumento para auxiliar no processo formativo do ensino e aprendizagem do docente.

Todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa foram voluntários em participar do estudo, concordaram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

O quadro docente do curso de Pedagogia na modalidade em EAD da UNEB/UAB, são professores bolsistas, composto por:

Quadro 02 Composição do Quadro Docente e Qualificação

FORMAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE
Doutores	03
Mestres	09
Especialistas	02
TOTAL DE DOCENTES	14

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados fornecido pela UNEB em 2019.

Os gestores envolvidos na pesquisa são:

Quadro 03 Quadro de Gestores Envolvidos na Pesquisa e Qualificação

FUNÇÃO NO PROGRAMA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE
Coordenadora do Curso de Pedagogia em EAD	Pós-doutorado	01
Coordenadora Pedagógica do Curso de Pedagogia em EAD	Mestra	01

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados fornecido pela UNEB em 2019.

Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa foram voluntários em participar do estudo, concordaram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

2.5 Descrição do lócus da pesquisa

A formação continuada de professores para a EJA é essencial, para que haja uma educação de qualidade, pois somente desta maneira o educador será

43

capaz de elaborar didáticas que resultem bons desempenhos em sala de aula, garantindo a permanência desses alunos na escola. Mostrando-os a importância de continuar seus estudos, a fim de que se tornem cidadãos críticos e reflexivos para que possam interagir de forma participativa na sociedade.

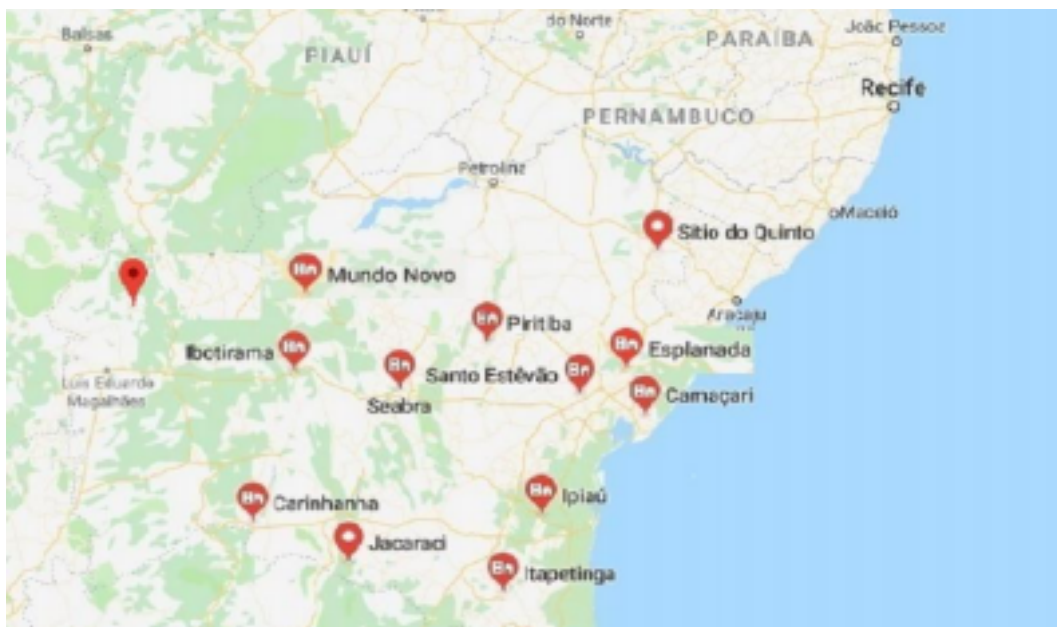
Mediante aos fatos expostos, torna-se, o docente sendo o principal foco desse projeto na formação direcionada para EJA em EAD, com a sua interação e as tecnologias, se faz repensar, refletir e realizar as ações as que podem ser agregadas no desenvolvimento do trabalho do docente, na perspectiva da EAD, se fazendo presente o papel de facilitador, investigador, orientador, no processo de ensino.

Sendo ele o direcionador no auxílio ao aluno, detectando as suas necessidades de aprendizagem, realizar objetivos propostos de aprendizagem conforme a realidade se apresenta, verificando os recursos adequados, planejando as estratégias de aprendizagem, avaliando os resultados e retroalimentando os processos das ações pedagógicas.

A pesquisa será realizada na instituição Universidade do Estado da Bahia – UNEB, localizada na Rua Silveira Martins, 2555, no bairro do Cabula, na cidade de Salvador, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, no curso de Licenciatura de Pedagogia na modalidade em EAD, no ambiente Moodle e tendo como polo nas seguintes cidades:

Figura 03 - Polos do Curso de Pedagogia da UNEB, em EAD no Estado da Bahia.

44



Fonte: Google Maps – Cidades da Bahia 2019

Camaçari, Carinhanha, Dias D'Ávila, Esplanada, Ibotirama, Ipiatã, Itamaraju, Itapetinga, Jacaraci, Lauro de Freitas, Piritiba, Mundo Novo, Santo Estêvão, Seabra, Sítio do Quinto, Ipupiara.

O curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância foi criado pela Resolução 600/2008, do Conselho Universitário (CONSU / UNEB), publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 27/08/2008 e naquele momento vinculado ao Departamento de Educação- DEDC – Campus I.

No ano de 2015, por deliberação do Conselho Universitário conforme Resolução n.º 1.108/2015 (CONSU / UNEB), publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 19/03/2015, os cursos de graduação na modalidade a distância passam a ser vinculados à UNEAD – Unidade Acadêmica de Educação a Distância. Em 2015 ingressaram 8 turmas com cerca de 269 estudantes e o curso apresenta uma carga horária de 3.860 horas.

O público-alvo do curso de Licenciatura Pedagogia em EAD pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância – UNEAD/UNEB é formado preferencialmente por professores em exercício nas redes públicas de ensino nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sem licenciatura na disciplina em que esteja exercendo a docência, classificados em processo seletivo específico; abrindo, todavia vagas para candidatos oriundos das

comunidades dos polos. Em 2015 ingressaram 8 turmas com cerca de 269 estudantes,

O Curso EAD de Pedagogia – Licenciatura da UNEAD/UNEB, tem o objetivo de formar profissionais (professores) para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, promovendo a oportunidade da leitura crítica da realidade educacional em suas múltiplas linguagens e a contextualização histórica e social contribuindo para a compreensão das exigências educacionais.

Os docentes do ensino superior do curso de Licenciatura de Pedagogia, da UNEB/UAB, na modalidade EAD, são o público-alvo desta pesquisa que desenvolvem atividades em lugares e tempos diversos, tornando se importante os novos conhecimentos para o auxílio no processo de ensino da EJA.

Adentrar no lócus de pesquisa é atentar a problemática dos sujeitos envolvidos, às limitações do contexto que estão inseridos e as necessidades de novos conhecimentos para auxiliar nas problemáticas enfrentadas na rotina do processo de ensino superior em EAD.

Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa: uma coordenadora do curso de Licenciatura de Pedagogia em EAD, uma coordenadora pedagógica e quatorze docentes, totalizando dezesseis participantes da pesquisa. Vale ressaltar que o envolvimento de todos os participantes é de suma importância para a pesquisa, pois a disponibilidade e o interesse são itens fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

2.6 Instrumentos utilizados na pesquisa

Os instrumentos utilizados para a construção desta pesquisa compreendem, a coleta de dados através da observação, questionário semiestruturado e entrevista.

[...] coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na atenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e ou fenômenos que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 90).

A coleta de dados é utilizada na busca informações mais próximas da realidade, em formatos variados, para auxiliar no estudo do comportamento do fenômeno estudado, nas condições ambientais e nas circunstâncias espontâneas de sua ocorrência, com a finalidade de extrair situações que possam ser válidas como resultados de pesquisa.

a) Observação – é um instrumento fundamental na pesquisa, porque não é simplesmente ver, coletar dados e registrar as informações, vai além disso é compreender o que está vendo, analisar e compreender a situação, os sujeitos envolvidos e o contexto que está inserido.

A principal importância da observação é a possibilidade de contato com o universo real do objeto da pesquisa, conhecendo a forma de como é situado, perceber o outro, verificar como ocorre as ações dos envolvidos no contexto da problemática da pesquisa, buscar a observação para melhor compreender o indivíduo, se reconhecer e buscar o cotidiano.

Vale ressaltar que a observação é certamente uma grande contribuição para o desenvolvimento da pesquisa científica, porque está relacionado no campo das ideias, podendo implementar ou interferir em novas propostas de teorias, regras, paradigmas, ideias e concepções.

Para a observação realizada nesta pesquisa, se fez necessário o foco nos objetivos propostos da pesquisa e o que deseja observar no contexto determinado. Além disso outro fator que deve levar em consideração é olhar do observador, porque ele está atrelado a sua história de vida.

O que cada pessoa seleciona para “ver” depende muito de sua história pessoal e principalmente da sua bagagem cultural. Assim, o tipo de formação de cada pessoa, o grupo social a que pertence, suas aptidões e predileções fazem com que sua atenção se concentre em determinados aspectos da realidade, desviando-se de outros (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p.25).

Na visão de Luke e André (2013) para que a história de vida do observador não interfira no seu olhar, faz-se necessário um planejamento cuidadoso referente a proposta a ser analisada, com foco o que será analisado e como será analisado, por isso a preparação requer um rigor do observador.

A observação é um instrumento de pesquisa sendo realizada como parte do procedimento científico e pensada como uma dimensão importante, porque faz relacionar o fato observado com as teorias desenvolvidas por vários teóricos com os critérios bem definidos e contribuindo para que seja

desvendado outros olhares e nesta pesquisa auxiliou na elaboração da proposta de formação continuada dos docentes da EJA do curso de Pedagogia em EAD da UNEB/UAB.

A vantagem que a observação proporciona nesta pesquisa é a possibilidade de verificação do fenômeno de forma direta pelo pesquisador, sem intermediários para obtenção das informações necessárias para a pesquisa.

Para realização da pesquisa, as entrevistas, a aplicação do questionário, foram realizados os esclarecimentos da relevância da pesquisa aos participantes da pesquisa, foram colhidas as assinaturas de todos os integrantes através dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foi explicitado o compromisso ético assumido para a coleta das informações e construção dos dados necessários para a realização da pesquisa.

b) Questionário semiestruturado – Na visão de Guerra (2011), é um instrumento de investigação que recolhe informações de um grupo representativo do público em análise, que nesta pesquisa são os docentes. As questões foram elaboradas de acordo com o tema proposto da pesquisa na busca de informações. O questionário foi aplicado com os docentes da EJA do Curso de Pedagogia na modalidade em EAD na UNEB/UAB e foi muito importante para o recolhimento das informações necessárias sobre o tema pesquisado e auxiliou na forma de aplicação da metodologia proposta. O questionário foi aplicado no google docs e proporcionou a possibilidade de ser aplicado com uma quantidade maior de pessoas em um tempo menor, contemplando os dados pessoais, sem necessidade de identificação e também dados profissionais sobre a formação, com questões curtas, relevantes ao assunto pesquisado. A coleta de dados realizada através do questionário apresentam variáveis distintas, cujas análises são geralmente apresentadas através de tabelas e gráficos (FACHIN, 2003). Nesse tipo de pesquisa, a representação dos dados ocorre através de técnicas quânticas de análise, cujo tratamento objetivo dos resultados dinamiza o processo de relação entre variáveis (MARCONI; LAKATOS, 2011).

c) Entrevista – Conforme Guerra (2011), é uma ação comunicativa estabelecida entre duas ou mais pessoas, que conta com uma estrutura

entrevista utilizada foi estruturada com perguntas pré-formuladas. Na visão de Minayo (2013), as entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se caracterizam pela sua forma de organização.

A entrevista foi realizada com duas pessoas-chaves do curso de Pedagogia modalidade em EAD, da ENEB/UAB, a coordenadora do curso de Licenciatura de Pedagogia em EAD e a uma coordenadora pedagógica dos cursos em EAD da NUEB/UAB. As entrevistas ocorreram em dias distintos com uma duração aproximadamente de duas horas.

Para a realização da entrevista alguns cuidados foram tomados, para isso fez-se necessário alguns passos a serem seguidos: explicar a importância da pesquisa para o entrevistador; evitar dirigir a resposta do entrevistado ao que o entrevistador considera desejável. Foi realizada uma pequena introdução da entrevista explicando o objetivo e a natureza do trabalho; foi pedido autorização para gravar a entrevista e para divulgar os dados; instruiu que pode ter perguntas com sentidos parecidos; o entrevistado deve ter liberdade para interromper, pedir esclarecimentos e criticar o tipo de pergunta; o entrevistado foi escutado com tranquilidade; evitou-se a atitude de protagonista ou de autoritarismo e evitou-se apressar o entrevistado.

Como a pesquisa se configura como proposta metodológica estudo de caso de natureza aplicada e abordagem qualitativa, no momento da observação, a intenção é o registro de situações e levantamento de informação para uma reflexão do contexto da pesquisa e também a coleta das informações através do questionário e da entrevista, para obter uma visão aprofundada do fenômeno observado, o registro de acontecimentos, análise do discurso, auxiliaram no contexto da pesquisa e promoveram subsídios de uma proposta de formação continuada para os docentes da EJA, do curso de Pedagogia, na modalidade EAD/UNEAD/UNEB.

2.6.1 Etapas realizadas para a aplicação dos instrumentos

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi organizado em sete etapas. Na primeira etapa, foi o encontro com a coordenadora do curso para verificar a possibilidade da proposta de aplicação da pesquisa na UNEB/UNEAD,

docentes da EJA no curso de Pedagogia em EAD. Foi providenciado as documentações necessárias com as assinaturas das mesmas e a conversa com a coordenadora da Unidade Acadêmica de Educação a Distância – UNEAD, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e a assinatura do termo de concessão; termo de autorização da instituição com participante e a folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos. Na mesma oportunidade foi assinado o termo de autorização institucional da proponente. A pesquisa foi aprovada e foram postadas as documentações solicitadas, o projeto e os instrumentos no site da Plataforma Brasil, para análise do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.

Nesse mesmo período foi realizado uma reunião com o quadro de docentes da do curso de Pedagogia em EAD da UNEB/UAB, realizado pela coordenadora do curso de Pedagogia em EAD e a mesma aproveitou a oportunidade para informar sobre a pesquisa que iria ser realizada e na importância do envolvimento de todos.

Na segunda etapa, foi realizado a entrevista com a Coordenadora Pedagógica dos Cursos em EAD, para a apresentação do projeto de pesquisa, foi apresentado um pouco da trajetória profissional e acadêmica do pesquisador, ouviu um pouco as trajetórias dos sujeitos envolvidos na pesquisa e o produto que será uma proposta de formação para os docentes da EJA do Curso de Pedagogia em EAD/UAB e que essa proposta traz uma contribuição para a instituição a ser pesquisada, haja vista, serão compilados os dados do quadro docente do curso de Pedagogia, sendo uma construção coletiva da proposta de trabalho sobre o tema, com as suas necessidades, dificuldades e também os possíveis problemas detectados, com a aplicação dos instrumentos e observações que serão realizados no decorrer do processo de investigação.

Antes da entrevista foram apresentados os objetivos do programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos e externando a importância da pesquisa para o auxílio no desenvolvimento da qualificação profissional dos envolvidos, ajudando-os a responder os desafios do ensino superior e solicitado a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Foram solicitados alguns documentos do curso como, projeto da formação continuada, plano de ação para elaboração da formação continuada,

50

plano de aula da formação, relatório da formação continuada, Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.

Na terceira etapa, foi aplicado pelo aplicativo Google Docs o questionário para os todos docentes da EJA do curso de Pedagogia em EAD da UNEB/UAB, e reforçado da importância dos dados coletados, da participação de todos, sem necessidade de identificação e com prazo determinado de envio das respostas. Foram autorizados pelos docentes participantes, com a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Na quarta etapa foi realizado a entrevista com a coordenadora do Curso de Pedagogia em EAD e não se fez necessário a apresentação da proposta da pesquisa, porque a mesma já havia conhecimento da proposta da pesquisa e seus objetivos. Antes da entrevista foi solicitado a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Foram solicitados alguns documentos do curso como, projeto da formação continuada, plano de ação para elaboração da formação continuada, plano de aula da formação, relatório da formação continuada, Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.

Na quinta etapa, ocorreu a análise e interpretação dos dados da avaliação diagnóstica (os questionários e entrevistas realizados), levando em conta os objetivos da investigação. Nesta etapa seguiu a análise dos documentos coletados para compor a pesquisa, a gravação do áudio da pesquisa e também as observações realizadas durante a aplicação dos instrumentos. Ocorreu também a fundamentação teórica com a pesquisa bibliográfica conforme o diagnóstico da pesquisa. Na preservação da identidade dos participantes foram caracterizados por letras do alfabeto da Língua Portuguesa.

Na sexta etapa, foi o planejamento e elaboração da proposta de formação contínua dos docentes da EJA do curso de Pedagogia em EAD, com o foco nos conhecimentos que foram solicitados, em conjunto com a coordenadora do Curso de Pedagogia em EAD, atentando para os seguintes itens:

- a) definir objetivos

b) prever os conteúdos -tendo como critério de seleção a realidade / necessidade da instituição de ensino.

c) selecionar as metodologias – considerando a área do conhecimento.

51

d) estabelecer critérios e procedimentos de avaliação.

Após a elaboração da proposta do projeto de formação dos docentes da EJA, do curso de Pedagogia em EAD, encaminhar para a UNEB/UNEAD e solicitar para a instituição um relatório avaliativo da proposta do projeto desenvolvido.

2.7 Proposta de formação docente

Para a realização da proposta de intervenção, verificou-se as necessidades emanadas do contexto local, na contemplação de conteúdos diversificados atrelando as bases teóricas e práticas, adequados na contribuição para a melhoria na ação profissional dos docentes da EJA do curso de Pedagogia da UNEB/UAB em EAD. Foi realizado a aplicação da avaliação diagnóstica (questionário semiestruturado), com a delimitação de dados, através de informações prévias para compreensão do objeto a ser pesquisado, a formação docente, permitindo a explicitação das experiências dos docentes, da coordenadora do curso de Pedagogia em EAD e coordenadora pedagógica dos cursos em EAD, serviram de base para o planejamento da proposta de intervenção.

Atendendo ao Art. 63 da Lei nº 9394 de 1996, “os institutos superiores de educação manterão: item III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”, a formação continuada de docentes é uma das prioridades para atendimento das necessidades dos profissionais que trabalham com Educação.

Na visão de Di Pierro (2006),

A formação de educadores em serviço não pode ser esporádica ou descontínua; precisa ser permanente e sistemática, já que requer tempo de amadurecimento e de sedimentação que venha a incidir não apenas sobre os conhecimentos e as competências, mas também sobre os valores e as atitudes do educador Di Pierro (2006, p.287).

Os processos formativos continuados para Di Pierro, requer uma

prática das instituições de ensino constante e organizado, com o propósito de fornecer um tempo necessário para a sedimentação e o desenvolvimento dos conhecimentos e competências, que a proposta da formação promove aos docentes.

52

Uma das importantes propostas da formação continuada dos docentes é a implementação de uma educação com habilidades qualificadas no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, afirmação da identidade e da profissionalização do docente.

Outro fator que se faz presente nesta proposta de formação continuada é a Educação de Jovens e Adultos, requerendo uma educação direcionada no desenvolvimento de conhecimentos com novos olhares para a constituição desta modalidade de ensino, haja vista, os cursos de graduação não conseguem abordar toda esta temática necessária e isso proporciona uma formação continuada para abordar a EJA contemplando as nuances desta modalidade.

A formação continuada na visão de Arroyo (2007), faz necessário:

[...] a constituição de um corpo de profissionais educadores(as) formados(as) com competências específicas para dar conta das especificidades do direito à educação na juventude e na vida adulta. As faculdades de Educação criam cursos específicos de formação para EJA. Por outro lado, hoje é mais fácil encontrar produção teórica e material didático específicos para esses tempos educativos. (ARROYO, 2007, p.21)

Reforçando o pensamento de Arroyo (2007), as universidades e faculdades devem realizar cursos de formação continuada para a especialidade da EJA. Para atender essa especificidade, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, é a pioneira na criação do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA com a proposta de uma formação voltada para realidade do contexto da vida desses sujeitos da EJA e contribuir para a qualidade dos profissionais envolvidos com a educação.

Nesse aspecto, Piaget (1988) afirma que:

A preparação do professor constitui a que estão primordial de todas as reformas pedagógicas, pois enquanto não for resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado [...]. A única solução racional: uma formação universitária completa para os mestres de todos os níveis. PIAGET (1988, p. 25)

O docente necessita focar em sua formação continuada, como um processo de aprender, estimular a curiosidade, a necessidade de saber mais para estar sempre desenvolvendo suas ações com foco nas suas competências e habilidade de maneira mais satisfatória, mas para isso se faz

53

necessário o olhar crítico e reflexivo para as ações de mudanças necessárias, mas com a participação de todos os educadores de todos os níveis. Com base nestas necessidades abordadas acima, foi escolhido a metodologia participativa propondo ênfase na reflexão e na realização de estudos nos temas propostos na formação dos docentes da EJA do curso de Pedagogia na modalidade em EAD da UNEB/UAB, porque é uma forma de poder avaliar e refletir sobre a prática pedagógica e os resultados, pensar e repensar em mudanças necessárias para um ensino de qualidade. Esta proposta de formação contará com 14 docentes que constam como profissionais contratados para o curso de Pedagogia, na modalidade em EAD. Na proposta de formação terá uma formatação de 01 oficina e contará com a participação da coordenadora pedagógica e coordenadora do curso de Pedagogia.

A proposta dessa oficina é adentrar na importância da Educação a Distância, nos processos formativos dos docentes do ensino superior que desenvolve atividade com a EJA, auxiliando na contribuição da prática pedagógica desses docentes, através de suas vivências, ações e a EAD sendo propulsora de instrumento para auxiliar no processo formativo do ensino do docente.

2.7.1 OBJETIVOS

Geral:

Analisar as contribuições da formação docente do curso de Pedagogia em EAD, para a prática pedagógica dos docentes da EJA

Específico:

Compreender os processos históricos e formativos da EAD no Brasil para os docentes do ensino superior que desenvolve atividade com a EJA.

Identificar como os docentes do nível superior de Pedagogia podem utilizar a EAD como instrumento, para uma prática pedagógica, através de suas vivências e ações, que possa favorecer no ensino da EJA.

Preendem-se através dessa proposta formação de docente, a competência pedagógica, mediante a reflexão sobre a ação-reflexão-ação do

54

docente na modalidade em EAD com a fusão da teoria e prática, fortalecendo as para caso haja a necessidade de uma ressignificação pode ser realizada, haja vista o sujeito encontra-se em processo de construção, a partir das indagações de si e também do mundo o qual está inserido, e têm sofrido mudanças mediante as novas necessidades da educação atual.

O período de oferta e carga horária estão a sujeitos conforme a disponibilidade e necessidade do curso de Pedagogia em EAD e da instituição UNEB. Vale ressaltar que a coordenação do curso de Pedagogia geralmente planeja a formação docente do referido curso no início do semestre.

2.7.1 Planejamento

Para a proposta de formação o planejamento da oficina, foram introduzidos os seguintes itens:

Levantamento dos assuntos abordados que constam nas respostas do questionário pelos docentes e nas entrevistas com os gestores do curso de Pedagogia em EAD, trazendo os seguintes itens:

- Objetivos dos assuntos propostos
- Os conteúdos a serem trabalhados
- As intervenções didáticas
- Recursos utilizados

2.7.3 Avaliação

Com a finalização da oficina, pedir aos participantes que preencham a ficha de avaliação e que seja expressado individualmente o significado do encontro.

2.8 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

Quadro 04 – Planejamento da pesquisa

ETAPAS/ MÊS	JAN 20	FEV 20	MAR 20	ABR 20	MAI 20
Verificação da possibilidade de aplicação da pesquisa na UNEB/UNEAD e posterior a conversa com a coordenadora da Unidade Acadêmica de EAD –	X				

55

UNEAD, da UNEB e a assinatura do termo de concessão; termo de autorização da instituição coparticipante e a folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos.					
Elaboração das questões da avaliação diagnóstica – questionário para os docentes e enviar ao comitê de ética.	X				
Elaboração das questões para a entrevista com a coordenadora do curso de Pedagogia em EAD e coordenadora pedagógica da EAD e enviar para o comitê de ética.	X				
Inserção do questionário do docente da EJA do curso de Pedagogia em EAD no Google Docs. e a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.			X		
Realização da entrevista com a coordenadora do curso de Pedagogia em EAD e coordenadora pedagógica da EAD e a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.			X		
Aplicação do questionário com os docentes da EJA do curso de Pedagogia em EAD, no Google Docs.			X		
Desvelamento da pesquisa e interpretação dos dados.			X	X	
Elaboração da proposta de formação docente com o tema, as suas necessidades, dificuldades e também os possíveis problemas detectados na aplicação dos instrumentos.			X	X	
Reunião com a coordenadora do curso de Pedagogia em EAD, para análise da proposta de formação docente			X		
Fundamentação teórica com a pesquisa bibliográfica conforme o diagnóstico da pesquisa.				X	X

Revisão da proposta de formação para os docentes da EJA do curso de Pedagogia em EAD.					X
Encaminhamento para a UNEB/UNEAD da proposta da formação docente desenvolvido.					X
Solicitar para UNEB/UNEAD um relatório avaliativo da proposta da formação de docentes.					X
Anexar na dissertação o relatório avaliativo da UNEB/UNEAD.					X

CAPÍTULO 3

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EAD PARA EJA

Neste capítulo apresentamos um breve histórico do contexto da EJA no Brasil, uma história de lutas caracterizada por enfrentamento ao analfabetismo e à baixa escolaridade da população brasileira e para compreender melhor a trajetória de tantas dificuldades enfrentadas nessa modalidade de ensino faz-se necessário o caminhar ao longo da sua história desde 1549 até ao século XXI para entender melhor porque a EJA é uma prática social através de instituições formais ou não e analisar as diferentes épocas da educação brasileira com um foco na EJA, destacando sua importância no cenário educacional brasileiro.

Em seguida algumas reflexões sobre a formação do docente ao longo

de vida, a inserção em todos os níveis educacionais, desde a sua alfabetização, séries iniciais, ensino fundamental II, ensino médio e ensino superior e também a inserção dos idosos. Não podemos esquecer da Educação de Jovens e Adultos, haja vista, há necessidade de uma atenção em especial dos docentes por estar na interação com os estudantes da EJA, sendo estes rotulados de fracasso escolar, culminando com reprovação ou no abandono dos estudos (evasão escolar).

A formação continuada do docente da EJA com a formação do futuro docente que pode vir realizar a sua atividade profissional na EJA e no ensino

57

superior em EAD, podem contribuir para uma realidade de acesso, permanência e aprendizagem bem-sucedida.

3.1 Contexto da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, é a área da educação que tem por finalidade garantir o direito à educação para aqueles indivíduos que não tiveram acesso na “idade regular”, ou por algum outro motivo não concluíram a sua formação inicial no período esperado para a idade escolar, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (LDB no Art. 37, 1996).

Para Haddad (2003), o elemento fundamental é a educação para o desenvolvimento da vocação humana, dentro de uma abrangência maior da educação, estendendo-se desde o nascimento até a morte do ser humano, é através da educação familiar, do sistema educacional, na comunidade, na atividade laboral, no movimento social, nas relações com os amigos, etc.

Partindo do pressuposto que desde a Educação Básica até a Universidade, o ensino é parte integrante do sujeito para o seu desenvolvimento, desde o seu nascimento até o fim da sua existência, faz-se necessário conhecer quem são esses sujeitos da EJA, a trajetória da EJA, as suas dificuldades, o seu percurso e as suas necessidades.

Os sujeitos da EJA no momento atual, são pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola ou evadiram da escola, ou excluído do ensino regular. Essa modalidade de ensino retrata uma grande diversidade de estudantes, em diferentes processos de aprendizagem, trazem histórias de vidas de fracassos, sucessos, desejos e muitas expectativas e com várias faixas de idades, tais como: jovens, adultos, idosos, homens, mulheres, pessoas com deficiências e outros.

Ressalto que sua grande maioria são oriundos de esferas econômicas mais carentes, privados à cultura, dificultando uma presença mais ativa no mundo do trabalho, na cultura e na política.

58

Com base nessa diversidade do perfil do estudante da EJA, o docente da EJA do Curso de Pedagogia na modalidade em EAD, da UNEB/UAB, necessita estar atento das grandes demandas pedagógicas que a modalidade EJA exige, indo de encontro com a necessidade de reflexões, porque vai além do ensinar, na busca de uma “educação libertadora” (FREIRE, 1986), contribuindo para a prática da cidadania desse sujeito e para o seu crescimento profissional, social e político.

Para poder entender melhor como a EJA se apresenta no momento atual, faz-se necessário um breve panorama da história da EJA no Brasil, para uma reflexão mais criteriosa.

No período da colonização no Brasil, a escola não era considerada um dos objetivos prioritários do império e já percebíamos o descrédito que a educação trazia sendo apresentado pelos líderes político da época e do momento atual.

A colonização realizada pelos jesuítas a partir de 1549, traz a proposta de alfabetizar (catequizar), as crianças sendo consideradas como um papel em branco e o que fosse escrito permaneceria, livres de vícios e malícias dos adultos, apresentavam curiosidade e poderia ser utilizado para a aprendizagem da fé católica. Os jovens e adultos indígenas também tinham a proposta de difundir a fé católica em paralelo com o trabalho educativo, que consistia em um plano de estudos transmitido pela oralidade,

“[...]além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e,

posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.02).

No século XVIII com a chegada da família real, os jesuítas foram afastados das suas atividades e expulsos do Brasil, e a educação de adultos foi prejudicada, porque permaneceram totalmente suspensas e a responsabilidade às margens do império.

Em 1758 o Marques de Pombal realizou a nomeação de gestores para a civilização dos indígenas e no ano posterior algumas reformas na educação de adultos, passando a ser obrigação dos índios a falarem somente o português, excluindo a língua dos índios o tupi-guarani.

59

Houve também neste período a obrigatoriedade da separação de gêneros e a retirada da aprendizagem a música, jogos e brincadeiras que os jesuítas utilizavam em suas aulas de alfabetização. Na separação dos gêneros, os meninos eram ensinados a ler, escrever e contar, e as meninas ensinavam a costurar, fazer renda e a fiar, tendo a denominação de ministério próprio do sexo feminino.

No ano de 1759, somente no Império volta a encontrar informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos. Vale ressaltar que nesse período iniciou-se algumas alterações educacionais, tais como, a alteração do ensino noturno para os adultos.

Neste período, apresentou uma vulnerabilidade da educação, por não ser esta responsável pelos rendimentos produtivos, o que acabava por acarretar no descaso por parte dos chefes da nação (CUNHA, 1999).

No Império, a constituição de 1824, garantia a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos e a inclusão também dos adultos, mas na verdade a inserção da escola com qualidade, caminhou no percurso da nossa história de maneira muito lenta e foi concebida como direito apenas para as crianças. Neste período, do Império, a cidadania era direcionada para uma pequena elite econômica que administrava a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres.

Em 1834, a educação básica foi instituída pelas Províncias, ficando a cargo do governo imperial os direitos sobre a educação das elites, filhos

(brancos e masculinos) dos colonizadores portugueses (latim, grego, filosofia e retórica), destinando ao empenho administrativo a competência do papel de educar, com pouquíssimo recurso e apresentando em maior número e também muito carente. Poucas províncias impulsionou o ensino de crianças e jovens e adultos, diminuindo o índice de analfabetismo nestas regiões.

A metodologia utilizada para a alfabetização das crianças indígenas no período, era de decorar o alfabeto português e na aprendizagem utilizavam dos mesmos castigos físicos que eram empregados para os negros em período da escravidão dos negros.

A EJA tem perpassado por diferentes períodos da educação brasileira, entretanto, dentro da sua historicidade, contribuiu para o cenário educacional

60

reforçando a sua influência nas políticas públicas contemporâneas. Na visão de Pinto (2003, p 34), pode-se verificar que:

“A historicidade pertence à essência da educação. Não se confunde com a temporalidade (que é o fato de haver tido um passado), porém se define por sua essencial transitividade (o fato de haver futuro). Por isso, a história da educação favorece a compreensão do processo educacional; é indispensável, mas não a esgota”.

As demandas da educação básica no decorrer da sua história sempre foram latentes e atuais, principalmente quando debruçamos o olhar para a educação de jovens e adultos com foco em suas práticas. A EJA surgiu de lutas da sociedade civil que ao longo de sua história não eram prioritários e não estabeleciam metas de alfabetização de crianças e também de jovens e adultos. Logo essas crianças tornar-se-iam adultos sem escolaridade básica, fomentando a sua exclusão e conseqüentemente atrasando o desenvolvendo do Brasil, mas por outro lado, o país estava sendo pressionados por forças externas e contribuiu no fomento de um olhar mais atento na escolarização e no analfabetismo brasileiro.

Em 1891 com a primeira constituição, ficou determinado que o ensino básico ficaria sob a responsabilidade dos municípios e províncias e o ensino médio e superior da à-União.

“Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109)

Para Haddad e Di Pierro (2000) fica claro o interesse de uma minoria que a educação estaria direcionada para poucos, onde muitos são discriminados e o analfabetismo encontra-se em larga escala e visto como uma mazela. Esta mesma constituição reafirma que a educação está nas mãos de uma política de interesses e vulnerabilidade financeira dos municípios.

Entre as décadas de 1920 e 1930, “os educadores solicitam uma atenção de políticas públicas para a EJA, através de manifestação popular e a responsabilização pela oferta dos serviços educacionais”. (Haddad & Di Pierro, 2000, p.110). O processo de industrialização e urbanização vem crescendo neste período apresenta urgência na alfabetização e operacionalizar a população.

61

O Brasil nesta fase inicia o seu desenvolvimento da industrialização e urbanização aumentando e o país necessita alfabetizar e instrumentalizar os cidadãos. A Constituição Federativa dos Estados Unidos do Brasil de 1934 prevê um capítulo exclusivo para tratar da educação e cultura, o capítulo II, que apresenta o seguinte texto em seu artigo 149:

“A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”.

A partir deste momento, a Constituição inclui a Educação de Jovens e Adultos e passa a ser tratada de forma mais sistematizada a partir da criação do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme a Constituição Federal de 15 de julho de 1934, Capítulo II, Art. 150:

“**Art. 150** - Compete à União: **a)** fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; **b)** determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização; **c)** organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos ;**d)** manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário; **e)** exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e

subvenções.

“Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; **b)** tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; **c)** liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual”
(BRASIL - Constituição Federal de 34).

Neste período, fica muito claro que a União abarca a responsabilidade do plano nacional da educação, para todos os níveis de ensino, atribuindo-lhe a fiscalização e coordenação por todo o território nacional.

Na década de 40 marcada pelos movimentos sociais, começou a surgir grandes índices de analfabetismo no Brasil, e mediante ao quadro

62

apresentado, o governo criou um fundo destinado à alfabetização da população adulta analfabeta. Vale ressaltar que o analfabeto era considerado como elemento incapaz e ficando a margem social, econômico, político, jurídico e psicológica, sendo impossibilitado a votar e ficou na esfera da marginalização. (ARROYO, 2006)

Em 1945, com o final da ditadura de Vargas, iniciou-se um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no país com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Este período foi significativo para a EJA, porque realizou-se alguns movimentos políticos e pedagógicos com a finalidade de: regulamentação do FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário), criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio), primeiras atividades voltadas ao supletivo, lançamento da CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos), 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947, o governo lançou a por conta da imensa pressão internacional para a erradicação do analfabetismo nas conhecidas como “nações atrasadas”. Essa pressão internacional ocorreu pela criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) após o fim da segunda guerra mundial em 1945.

Esse movimento propôs: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete

meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário e o Seminário de Interamericano de Educação de Adultos em 1949.

Nas décadas de 50 e 60 com o crescimento da indústria, havia uma grande necessidade de mão de obra qualificada e iniciou-se formação de pessoas para o trabalho. Em 1952, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), para atender as populações que viviam no meio rural. Em 1958 ocorre a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Porém, no fim da década 50 e meados da década de 60 pode-se dizer que a preocupação com a educação de adultos ampliou.

A EJA foi incluída na Constituição de 1934 a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), mas o avanço da modalidade, ocorreu mesmo em 1958 o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, no Rio de Janeiro,

63

com a participação de Paulo Freire e foi nesse momento que começou a dar passos em direção da discussão de um novo método pedagógico utilizado na educação de adultos.

Seria impossível falar de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e não se referir a Freire, que atribuiu o caráter político-ideológico da busca pela libertação. Ele marcou pontualmente a EJA.

Freire apontou as primeiras experiências com o público carente adulto, realizadas no Serviço Social da Indústria - SESI foi diretor do setor de Educação e Cultura da Instituição e conviveu com famílias de trabalhadores, aprendeu a dialogar com a classe trabalhadora e a “compreender a sua estrutura de pensamento, a sua linguagem, a entender o que chamaria de “terrível malvadeza do sistema capitalista” (FREIRE, 1987, p. 8 apud MOURA, 1999, p. 45).

Nesse momento Freire inicia o maior projeto político de emancipação por meio da alfabetização de adultos. Para Freire a “[...] educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando” (1983, p. 35). Freire concebe a educação como movimentos, lutas, liberdade e sentidos dados, tomada de consciência do ser ultrapassando os muros da escola, com os vários saberes históricos, culturais e sociais, dos movimentos e práticas de um povo. Freire acredita em uma essência criadora e

transformadora, em uma natureza humana marcadamente dialética. “Essa natureza leva-o à busca pela humanização e pela libertação.” (MOURA, 1999, p. 67).

Na década de 60, a EJA era oferecida aos adultos, apenas no que correspondia ao ensino primário (séries iniciais) e, a partir de 1960, foi estendido o curso ginasial (ensino fundamental – séries finais). Neste período, surgiram alguns programas do Movimento de Educação de Base (MEB), do Movimento de Cultura Popular do Recife, ambos iniciados em 1961, dos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras iniciativas de caráter regional ou local. (VIEIRA,2004). Embaladas pela efervescência política e cultural do período, essas experiências evoluíram no sentido da organização de grupos populares articulados a sindicatos e outros movimentos sociais. Isso levou a uma necessidade de ter uma educação da EJA mais crítica, dedicados a transformação social e centrados no diálogo do

64

sujeito e de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo. A EJA sofreu um duro golpe, em 1964, assumindo o Regime militar no controle do país, descartando as ideias construídas por Freire, porque a educação popular foi vista como ameaça à ordem já que seus pressupostos eram basicamente políticos e críticos.

Podemos perceber na tabela abaixo, como foi no decorrer da nossa história o analfabetismo no Brasil no período de 1900 à 2000.

Tabela 1 - Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil -1900/2000

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total ⁽¹⁾	Analfabeta ⁽¹⁾	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nota: (1) Em milhares

Fonte: IBGE - Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2002

Observando a tabela acima, observa-se que a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais caiu ao longo do século passado, saindo de um patamar de 65,3% em 1900, para chegar a 13,6% em 2000, como positivo. Na década de 1980 reverteu o crescimento constante no número de analfabeto, mas como negativo, havia em 2000 um número maior de analfabetos do que aquele existente em 1960 e quase duas vezes e meia o que havia no início do século 20.

A partir de 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o governo militar para alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada (STRELHOW, 2010). No decorrer dos anos 70, o Mobral diversificou sua atuação visando a sua sobrevivência e no final de sua década houveram muitas críticas aos falsos resultados apresentados e a insuficiência do domínio da escrita que promoveu, sendo extinto em 1985. Sua estrutura foi

65

aproveitada pela Fundação Educar, apoiando com técnicas e financeiramente pelos governos estaduais, municipais e entidades civis.

Na década de 70 surgiu em todo território brasileiro o ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº. 5.692/71 (BRASIL, 1971), sendo a educação básica obrigatória de 4 para 8 anos – ensino de primeiro grau – e, também regras básicas para educação supletiva corresponde a esse grau de ensino aos jovens e adultos sendo a primeira vez, a educação direcionada a esse segmento com um capítulo

específico na legislação educacional, que distinguiu as várias funções:

- ✓ A suplência – relativa à reposição de escolaridade.
- ✓ O suprimento – relativa ao aperfeiçoamento ou atualização.
- ✓ A aprendizagem e a qualificação – referentes à formação para o trabalho e profissionalização (PIERRO 2001).

A seriação era presença obrigatória e a avaliação no processo por disciplina e módulo; o material didático era em módulos, frequência livre sua característica diferencial é a aceleração, pois o tempo estipulado para a conclusão de um grau de ensino é, no mínimo, a metade do previsto para o sistema regular, o material didático era em módulos, frequência livre. Os candidatos no ensino a distância ou cursos livres ou ainda aqueles sem preparação específica podiam submetem periodicamente aos exames – duas vezes ao ano e também aos exames finais organizados pelos estados.

Em 1985 novos movimentos sociais surgem e ressurgem os anteriores, retorno ao direito da voz através dos movimentos sociais e sente-se fortalecidos com a promulgação da Constituição de 1988. A EJA sofreu com as contradições de entendimento devido as especificidades na modalidade, dificultando a sua afirmação como um direito da população adulta, à educação básica e cresce a luta pelo seu direito, com os movimentos sociais desempenhado papel fundamental para construir a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A Conferência de Hamburgo que ocorreu em 1977, na qual a UNESCO recomendou a necessidade de se investir na EJA, podemos considerar como um marco da EJA e na V CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), foi um passo importante dado na busca do fortalecimento da sociedade civil e da cidadania ao integrar a Educação de Jovens e Adultos

66

como uma modalidade da Educação Básica, reconhece a EJA e o processo permanente de aprendizagem do adulto.

Nos anos 80 foi implantado a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, com a proposta de oferecer apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes no momento (VIEIRA, 2004). No início de 1990,

“Declarado pela Organização das Nações Unidas como Ano Internacional da Alfabetização, realizou-se em Jonthien, na Tailândia,

uma Conferência Mundial que reuniu entre seus patrocinadores, pela primeira vez, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e o Banco Mundial. Aí foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que propunha uma abordagem global do problema educacional no mundo, uma importante ampliação do conceito de educação básica e ações coordenadas em vários níveis” (PIERRO; JOIA; RIBEIRO. p.66 2001).

Na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de Ensino Fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional, nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio dessa modalidade de educação

Com a conferência foram providenciados alguns itens importantes: agilizaram reformas educativas iniciadas anteriormente no países em desenvolvimento, a educação ganhava destaque entre as demais políticas sociais, a educação de jovens e adultos, incluindo metas relativas à redução de taxas de analfabetismo, expansão da educação básica e capacitação aos jovens e adultos, com avaliação sobre seus impactos sociais. (PIERRO; JOIA; RIBEIRO. 2001)

Somente em 1996, surge uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, reiterando o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico com oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades para os órgãos Federais, estaduais e municipais através da conforme a demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9.394 de 1996, o artigo 37 e seus incisos é instituído que:

67

“Art. 37 A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (parágrafo incluído pela Lei no. 11.741 de 16/07/2008)”.

De acordo com meios legais percebe-se um movimento de resgate para esses estudantes da EJA, que na sua realidade existente são esquecidos de suas necessidades, anseios. A busca de acesso, manutenção, retenção e evasão são grandes entraves da instituição de ensino para esse estudante da EJA.

Conforme o Parecer CEB 11/2000, por sua vez, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, conforme declaração de Hamburgo sobre a EJA:

“A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça”
(Declaração de Hamburgo sobre a EJA - Parecer CNE/CEB 11/2000, p.12).

Com a Declaração de Hamburgo trouxe para a educação da EJA, uma proposta de participação social ativa desse sujeito, a sua interação com o meio no campo econômico, no social e cultural, proporcionando espaço para expor criticamente, de forma estruturada individual e coletiva, praticando o seu ato de inclusão e de cidadão, mostrando o seu pertencimento na sociedade e na escola atendendo as suas necessidades e anseios.

A partir do século XXI, desponta mais algumas propostas voltadas para o analfabetismo dos jovens e adultos. Em 2003 foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa

68

Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROJOVEM) com foco na qualificação para o trabalho com a consolidação de ações comunitárias e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos - PROEJA (VIEIRA, 2004).

O governo brasileiro propõem prioridades com o Programa Brasil

Alfabetizado - PBA, criada, em 2003, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo - SEEA, “dispondo recursos do PBA e políticas para enfrentar o analfabetismo em todo o país, em quatro anos, criando ainda a Comissão Nacional de Alfabetização - CNA”, com representações de vários segmentos envolvidos com a alfabetização com função consultiva (entre eles os Fóruns de EJA) e premiando experiências relevantes de alfabetização através da instituição da Medalha Paulo Freire (VI CONFINTEA,2009).

Em 2007 foi realizado a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF pelo o MEC aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, garantindo para EJA e demais as modalidades de ensino, que integram a Educação Básica (Educação infantil, Ensino fundamental e Ensino médio). O que entendemos como um ganho político para a modalidade, para promover os recursos financeiros à educação brasileira (BRASIL, 2007).

Na visão de Dantas (2016), a EJA tem apresentado interesses por diversos profissionais da área de educação e vem sendo discutida em diversas Conferências Internacionais de Educação de Adultos desde 1949 organizadas e financiadas pela Organização para Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas - UNESCO, sendo a mais atual realizada em 2009, na cidade Belém (Pará), no Brasil, sediando a Conferencia Internacional de Educação de Adultos (VI Confintea).

Conforme a VI CONFINTEA (2009), a EJA sendo direito é inquestionável e, por isso, tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado, como modalidade no âmbito da educação básica preceituada na legislação nacional, bem como na perspectiva da educação ao longo da vida. A EJA, como direito, pressupõe em sua práxis que o trabalho

69

realizado garanta acesso, elaboração e reconstrução de saberes que contribuam para a humanização e emancipação do ser humano. Para Arroyo (2006),

“ Estes sujeitos, ao exigirem que possam continuar aprendendo ao longo da vida, em qualquer idade, ampliam a própria fronteira dos direitos e a própria função da escola – que precisa se repensar em função dos direitos, das histórias e dos saberes dos sujeitos jovens e adultos” (ARROYO, 2006, p.07).

A aprendizagem ao longo da vida é inerente ao desenvolvimento do sujeito da EJA e está diretamente interligado a sua relação com o ser, tempo, espaço, sociedade, evolução do conhecimento e respeitando o seu senso comum e, em qualquer idade do sujeito, ampliando os seus direitos, saberes e fazendo parte de uma instituição.

“A produção de conhecimento e aprendizagem ao longo da vida constituem um fator essencial na mudança educacional requerida pelas transformações globais. Assim, os quatro pilares educativos propostos – *aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver* – constituem fatores estratégicos a serem considerados na formação dos cidadãos” (MEC – Trajetória da EJA)

Na prática pedagógica há quatro aprendizagens fundamentais a ser desenvolvidas segundo Delors (1998), que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer** indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; **aprender a fazer** mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar mesmo na busca de acertar; **aprender a conviver** traz o desafio da convivência que apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, **aprender a ser**, que, talvez, seja o mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver.

A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações e o Brasil também vai obtendo uma elevação maior da expectativa de vida. A EJA traz uma demanda de tornar possível a realização de um caminho de desenvolvimento para todas as pessoas, em todas as suas idades, sendo jovens, adultos e idosos, podendo renovar conhecimentos, expor as suas habilidades, trocar experiências, acesso aos novos trabalhos em outras regiões

70

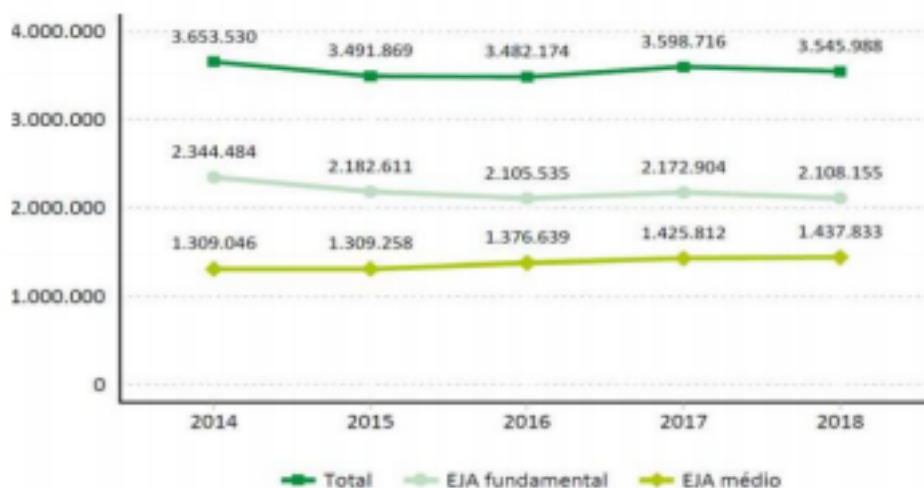
e conhecimentos de novas culturas e se sentindo parte integrante da sociedade como cidadãos.

O que foi exposto nos últimos parágrafos acima sobre a EJA, fala-se em direito ao ensino, ao aprender, independentemente da idade e por outro lado sabe-se das grandes fragilidades como a exclusão diante das diversidades, e percebe-se que a realidade se distancia cada vez mais do ideal

proposto, logo as divergências e necessidades passam a serem encarados como problema.

Conforme abaixo, os dados do INEP do Censo da Educação Básica de 2018 da EJA vem diminuindo o número de matriculados, a partir 2014 n° de matriculados 2.344.484, sendo que 2015 e 2016 caiu novamente e subiu um pouco em 2017 para 2.172.904 matriculados e voltou a cair em 2018 para 2.108.155 matriculados.

Gráfico 1 – Número de Matrículas na EJA - Brasil -2014/2018



Número de matrículas na educação de jovens e adultos – Brasil – 2014 a 2018

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

São dados preocupantes, porque se a quantidade de matriculados está diminuindo, podemos refletir dentro da realidade atual e com os fatos recentes o fechamento de escolas da EJA em todo o estado da Bahia. É um fator preocupante, pois as escolas que ficavam próximos das residências dos estudantes estão fechando.

Conforme reportagem do Portal A Tarde do dia 15/01/2020 “Alunos e professores protestam contra fim de aulas noturnas em colégio de Cajazeiras”.

71

Um grupo formado por alunos e professores do Colégio Estadual CPM Dona Leonor Calmon, na localidade de Jaguaripe, na região de Cajazeiras, em Salvador, protestou na manhã na quarta-feira, 15/01/2020, contra o fim do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na unidade.

Figuras 4 e 5 – Protesto de estudantes e professores do fechamento do Colégio Estadual CPM Dona Leonor Calmon, em Jaguaripe na região de Cajazeiras em Salvador /BA



Fonte: Portal A Tarde do dia 15/01/2020

No cenário atual, acima citado, a sociedade vê a juventude e o adulto analfabeto como sinônimo de problema e motivo de preocupação. A EJA no Brasil é marcada pela descontinuidade e por políticas públicas insuficientes para dar conta de uma EJA com qualidade, comprometimento, atuante e que se faça ao cumprimento do direito do estudante, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Trazendo a EJA para esse estudo, não poderia deixar de mencionar sobre a EJA e a Educação Popular. Elas estimulam a presença das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade no sentido da superação das injustiças sociais, e segundo Oliveira (2010) elas se assemelham, em suas trajetórias históricas, não se trata do mesmo tipo de prática educativa e nem, necessariamente do “mesmo” público. O que as une é sua origem e o fato de serem, ambas, tema secundário em relação aos interesses políticos

educativos efetivamente abraçados pelos sucessivos governos do país. Não por acaso, a EJA é hoje uma modalidade educativa oficial, parte do sistema nacional de ensino e a Educação Popular ocupa outros espaços e preocupações, sobretudo de organizações do terceiro setor. A educação popular se apresenta como um território de denúncias das minorias que têm por séculos sido excluídas do processo não apenas de alfabetização, mas de uma educação que contemple o ser nos aspectos social, político, histórico, cultural e econômico, porém como menciona Paulo Freire (2001, p. 169), “há o inacabamento não apenas da educação, mas também das pessoas, pois nenhuma realidade é porque tem que ser. A realidade pode e deve ser mutável, deve ser transformável”.

Dentro da proposta dessa pesquisa acadêmica é fundamental essa explanação da história da EJA no Brasil, para compreender que a produção de conhecimento e aprendizagem ao longo da vida constituem um fator essencial na mudança educacional, a sua dimensão, necessidades, luta de seus direitos e urgência política educacional que atenda as prioridades dos sujeitos da EJA, investimentos propondo uma continuidade em oferta de estudos e permanência do estudante na instituição de ensino no nível necessário e desejável, auxiliar no desenvolvimento da EJA de uma forma mais efetiva, abrangente, crítica, atuante, extinção preconceitos culturais e discriminação no incentivo à participação social ativa e que a EJA necessita de uma educação mais humanizadora e levar em consideração a sua realidade sociocultural.

Com as ações mencionadas acima, podem favorecer para uma política educacional direcionada para atender a necessidade e pretensão deste docente e estudante da EJA de forma mais efetiva, contínua, de oferta de cursos e a retenção do estudante na instituição de ensino, com isso deixa de ser compensatória.

Na visão de Di Pierro e Haddad (2000, p.126) a EJA apresenta um grande desafio em resgatar não só aquele jovem ou adulto que nunca foi a escola, mas também aquele que frequentou a escola, mas não obteve aprendizagem suficiente para exercer a sua participação social, econômica, política e cultural do nosso país e seguir aprendendo ao longo da vida.

Mediante aos fatos expostos, faz-se emergente a necessidade de programas permanentes que atendam às necessidades emergenciais da EJA, democratizando as oportunidades formativas e que estejam atentos a inclusão da

modos de pensar a Educação a Distância – EAD, de modo a criar novas oportunidades de formação continuada aos docentes da EJA do Curso de Pedagogia em EAD, da UNEB/UAB.

No parágrafo acima, fala-se em fomentar novas possibilidades de formação continuada ao docente da EJA do Curso de Pedagogia em EAD, da UNEB/UAB, sendo esse o principal foco desta pesquisa onde o docente estará em interação com as tecnologias, se faz repensar, refletir e realizar as ações que podem ser agregadas no desenvolvimento do trabalho do docente da EJA do Curso de Pedagogia na perspectiva da EAD.

Na EAD a atuação do docente é caracterizada como facilitador, investigador, orientador no processo de ensino. Sendo ele o direcionador no auxílio ao aluno, detectando as suas necessidades de aprendizagem, realiza objetivos propostos de aprendizagem, conforme a realidade se apresenta, verifica os recursos adequados e planeja as estratégias de aprendizagem, além de avaliar os resultados e retroalimentar os processos das ações pedagógicas.

No momento atual vivemos em uma sociedade capitalista, globalizada e interligada que tem a capacidade de incluir e excluir socialmente aqueles que não estão adequados ao seu funcionamento. As novas tecnologias estão presentes e a cada dia apresenta uma função quase indispensável à informação, a interação social e profissional, e neste processo de relações, a exclusão se apresenta muito forte, no entanto, as pessoas que não conseguiram acompanhar a evolução durante o processo, inserem-se na EJA.

Os estudantes da EJA por serem provenientes de uma classe social mais carente, muitos deles inseridos no mercado de trabalho, apesar de terem contato com computador, celular ou outras tecnologias, sentem a necessidade de sua inserção nesse novo movimento do conhecimento tecnológico, mas não de forma superficial e informal como ocorre em suas realidades diárias.

Paulo Freire com sua visão horizontalizada, não podia deixar de vislumbrar a necessidade da EJA está sendo inserida com as tecnologias e na Educação a Distância (EAD), conforme diz Freire (1995):

“Acho que o uso de computadores no processo de ensino aprendizagem,

em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa (...).
“Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê.” (FREIRE,
1995 p. 98).

74

Paulo Freire traz uma reflexão bastante pertinente quando menciona “Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê”. Essa preocupação de Freire faz repensar como devemos estar atentos para: de que forma ocorre, como ocorre a EAD e a atenção com a proposta principal da prática educativa, que privilegie um caminho de aprendizagem, que aproxime o saber do estudante e sua inclusão. Esse pressuposto deverá constituir a base teórica para a definição das metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem na modalidade a distância.

A utilização da EAD deve seguir as exigências da legislação brasileira através da Lei 9394/96 Art. 80, que o poder público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de EAD, em todos os níveis, e de educação continuada.

A EAD por ser uma modalidade educacional, vem a cada ano crescendo em proporções significativas no Brasil e, para atender esta nova modalidade, o MEC regulamentou suas diretrizes. A Resolução CNE/CBE nº 01 de 5 de Julho de 2000, estabelece diretrizes para a avaliação e certificação de jovens e adultos, em cursos semipresenciais ou a distância, conforme os Art. 10 e 13 (BRASIL, 2000):

Resolução CNE/CBE Nº1/2000 Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.

Art.2 A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional. **Art. 10** no caso de cursos semipresenciais e a distância, os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração. **Art.13** os certificados de conclusão dos cursos a distância de alunos jovens e adultos emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial, respeitados os requisitos diplomáticos de acordos culturais.

Essa Resolução CNE/CEB nº 01, DE 5 DE JULHO DE 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, na modalidade em EAD direcionado para os cursos de educação básica, nas etapas

75

dos ensinos fundamental e médio, nos termos da lei, e os art. 10 e 13 são específicos para a certificação dos cursos concluídos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 em especial nos seus artigos 4º; 5º; 37º; 38º e no que couber, da Educação Profissional:

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018). **Art. 5º** O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). **§ 1º** O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). II - fazer-lhes a chamada pública; III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. **§ 2º** Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais. **§ 3º** Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente. **§ 4º** Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade. **§ 5º** Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior **Art. 37.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) **§1º** Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. **§ 2º** O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. **§ 3º** A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). **Art. 38.** Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. **§ 1º** Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de

conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º

Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

76

A LDB nº 9394/96 insere o jovem e adulto na educação quando estes não tiveram acesso aos estudos na idade própria nos ensinos básico, fundamental e médio, e aprendizagem ao longo da vida.

A utilização da EAD deve seguir as exigências da legislação brasileira através da Lei 9394/96, art. 80, que o poder público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de EAD, em todos os níveis, e de educação continuada:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância. § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012) II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

As legislações educacionais que tratam da EJA e da inserção da modalidade em EAD, propõem-se ampliar e apoiar na prática de ensino e aprendizagem, utilizando o computador como veículo tecnológico, o docente como o mediador dessa prática pedagógica, o tutor para apoio do estudante/docente e a utilização das plataformas de ensino, como ambiente “sala virtual”. Vale ressaltar que a legislação Lei 9394/96, art. 80, reforça que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

As contribuições da educação à distância – EAD para a educação formal de jovens e adultos é mais uma proposta que tem o respaldo da LDB 9364/96. Ela surge da real necessidade educacional emergente para a inserção de recursos tecnológicos na educação da EJA, que incluam digitalmente e socialmente os estudantes e a garantia do direito ao ensino.

A modalidade de Educação à Distância, enquanto processo formativo de conhecimentos teóricos e práticos, foi expandida no Brasil, desde a formação dos primeiros profissionais, por correspondência no início de 1904 (curso de datilografia

77

por correspondência). Até o momento atual utiliza as novas tecnologias, visa a preparação para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho, como defende a LDB 9594/96 nos arts. 1º e 2º:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. **§ 1º** Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. **§ 2º** A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. **Art. 2º** A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As legislações vigentes sobre a educação de jovens e adultos fundamenta a base legal para exercer a modalidade em EAD, logo, busca ir além do empirismo, bem como utiliza o campo teórico-científico e leva em consideração as diversas realidades do seu público alvo.

A EAD pode proporcionar uma continuidade na formação do estudante da EJA, embora alguns não estejam inseridos em um contexto escolar e sem o contato com as novas tecnologias, mas não deixa de ser uma modalidade de incentivo a socialização, a ambientação com as plataformas de ensino de uma forma estimulante e diversificada.

A proposta que EAD traz para os estudantes vai muito além de preparação para o uso das tecnologias digitais disponíveis na sociedade, como o computador, o celular, o uso de internet e as redes virtuais de amigos. Vale salientar que oportuniza o acesso a conhecimentos de diversas áreas, docentes mais especializados com esse tipo de modalidade de ensino, a inserção social, mais flexibilidade nos horários de estudo, valor das mensalidades mais acessíveis; interação entre os estudantes e docente, acesso à vários cursos e a modalidade de ensino vem ganhando mercado nas instituições de ensino e na área empresarial.

A Educação de Jovens e Adultos conforme as legislações acima mencionadas, trazem uma promessa na modalidade em EAD de desenvolvimento para todas as pessoas, de todas as idades e nos diversos níveis educacionais. Logo

possibilitará aos jovens e adultos adquirir e atualizar seus conhecimentos; desenvolver novas habilidades e competências; trocar de experiências e socializações. Além de abrir novas possibilidades de trabalho; os estudantes são favorecidos para uma inclusão tecnológica; propõe a quebra de barreiras na sala de

78

aula e torna o ensino e a aprendizagem mais dinâmicos e contextualizados. Além da lei proporcionar um respaldo legal, os docentes devem estar capacitados para a modalidade em EAD e na formação de jovens, adultos e idosos.

3.2 Formação do professor

A formação do professor, segundo Pimenta (2014), não se deve abster apenas ao seu início, mas sim num processo contínuo e inacabado, seguindo a sua evolução acadêmica. Como a instituição escolar traz em seu propósito na formação do indivíduo, ambientar-se com a sociedade que ele está inserido, a qual vem sofrendo mudanças constantemente a cada geração, torna-se necessário atualizar seus conhecimentos e os métodos de ensino para que acompanhe toda essa evolução.

A formação de professor nos dá uma ideia de processo, trajeto de vida pessoal e profissional conforme a necessidade de conseguir mais avanços de ser, saber e fazer. O professor necessita de uma produção e transmissão de conhecimentos contínuos. No momento atual, com realidades diferentes e novas necessidades de conhecimentos mais aprofundados, torna-se importante para o docente uma visão reflexiva e uma ação mais efetiva.

Para Arroyo (2007) a formação de professores é muito discutida na perspectiva transformadora. Trata-se de um movimento em que o processo de formação contínua ocupa lugar de destaque, em associação crescente à evolução qualitativa das práticas formativas.

Segundo Libâneo (2006) define como um conceito que perpassa não somente a formação de professores como também o currículo, o ensino e a metodologia de docência. A ideia é a de que o docente possa pensar sua prática, ou seja, que ele desenvolva uma capacidade reflexiva sobre seu trabalho e sua maneira de ensinar.

Na visão de Nóvoa (1995):

“A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência” NÓVOA (1995, p. 25).

De acordo com as visões de Arroyo, Libâneo e Nóvoa, o processo de formação do docente traz uma proposta de desenvolver uma autorreflexão sobre a

79

sua prática, sua experiência, sua metodologia e realizando uma (re)construção contínua. A necessidade em desenvolver a formação de professores reflexivos. Diante das colocações acima, sobre a formação docente, percebe-se na imagem docente, há uma preocupação em mudar, em melhorar, em inovar, mas vale ressaltar que muitas práticas favoráveis à constituição de sujeitos críticos e participativos estão sendo desenvolvidas pelos docentes no desejo de melhorar a formação das novas gerações.

A preparação dos docentes, está diretamente ligado na formação das novas gerações, sempre fazendo parte das perspectivas do governo brasileiro desde o Império. A educação no decorrer da sua história nos diversos níveis, sempre esteve direcionada aos interesses das classes abastadas e pouca prioridade às classes populares.

O docente sempre exercendo um papel fundamental na educação e esteve nesse caminhar em conjunto com as entidades promotoras de ensino e a sua formação continuada fica sempre a cargo da instituição vinculada a este profissional.

Para entender melhor este processo de formação docente, nos marcos da sua história, será registrado os caminhos percorridos da formação deste profissional e sua legalização com breves passagens mais impactantes.

A formação de docentes foi efetivada através das Províncias devido ao Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, para atuarem no ensino primário se dava no âmbito das escolas normais sob a responsabilidade das Províncias, sendo o Rio de Janeiro a cidade a ter a primeira escola normal em 1835. Ficou estabelecido assim desde o início do século XIX até a década de trinta, sendo restrita a formação docente pela escola normal. Conforme Tannuri (2000),

“Na verdade, em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem êxito a partir de 1870 quando se

consolidam as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade de ensino da instrução primária, bem como de liberdade de ensino” TANNURI (2000. p. 64).

A República que aprofunda a descentralização justificada, não foi alterada a estrutura, mas foi realizado um pacto federativo pela autonomia dos Estados, não havendo uma normatização, ficou a critério de cada unidade federada criar estabelecimentos para a formação docente que eram as escolas normais estaduais. Depois de alguns anos foi criada uma Escola Normal Superior, em durante a Revisão Constitucional de 1925/26.

80

No período de 1935 a Universidade do Distrito Federal, ao organizar o Instituto de Educação foi a pioneira na elevação dos estudos pedagógicos para o nível universitário com a preocupação de formar professores dentro de uma estrutura verticalizada de formação de professores num único local. Fortaleceu a prática na formação de docentes para os diversos graus de ensino. Nesse período surge a Escola de Professores de Anísio Teixeira, foi a primeira escola formadora de professores primários em nível superior, em cursos de dois anos, após o secundário. Ele foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, com a proposta de oferecer educação gratuita para todos.

Mediante as mudanças do mundo requer um novo perfil de instrução ao homem, sendo consciente e bem qualificado; solução de seus objetivos fomentando uma grande mudança da vida naquele período; sendo intelectual, pelo incremento das ciências; industrial, pela tecnologia e social, pela democracia. Essa concepção exige, segundo Anísio, "uma educação em mudança permanente, em permanente reconstrução" (FERRARI,2008 p. 1).

A escola de Anísio Teixeira tinha uma visão para educar, formar homens livres, preparar para um mundo de mudanças e ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância e mais felicidade, busca na escola uma visão democrática, mestres e alunos devem trabalhar em liberdade, desenvolvendo a confiança mútua e o professor deve incentivar o aluno a pensar e julgar por si mesmo.

Anísio Teixeira fomentava a escola pública para todos, com tempo integral para docentes e discente, como a Escola Parque por ele fundada em 1950 em Salvador, que mais tarde inspiraria os Centros Integrados de Educação Pública

(CIEP) do Rio de Janeiro e as demais propostas de escolas de tempo integral que foram surgindo. Mediante as ideias de Anísio Teixeira, faz-se necessário uma mudanças na formação dos docentes para as propostas por ele fomentado. Para o Ministério de Educação, nesse período saíram vários decretos e leis realizando ajuste na área de educação, conforme segue abaixo:

“Parecer N.º 632/69, nele se busca compreender o conteúdo de uma Faculdade de Educação e que não se limita apenas ao curso de Pedagogia; Parecer N.º 252/69 veio acompanhado da resolução CFE n. 2/1969, novamente instituindo um currículo mínimo e outra duração para o curso. A partir de então, o curso de Pedagogia foi fracionado em habilitações técnicas, formando especialistas voltados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração e orientação educacional; a Lei 5.692/71 novo